

Le Musée

REVISTA DO MUSEU DOS CAPUCHINHOS

ESPECIAL

História de exposições

MusCap revisita sua trajetória de 25 anos

ARTIGO

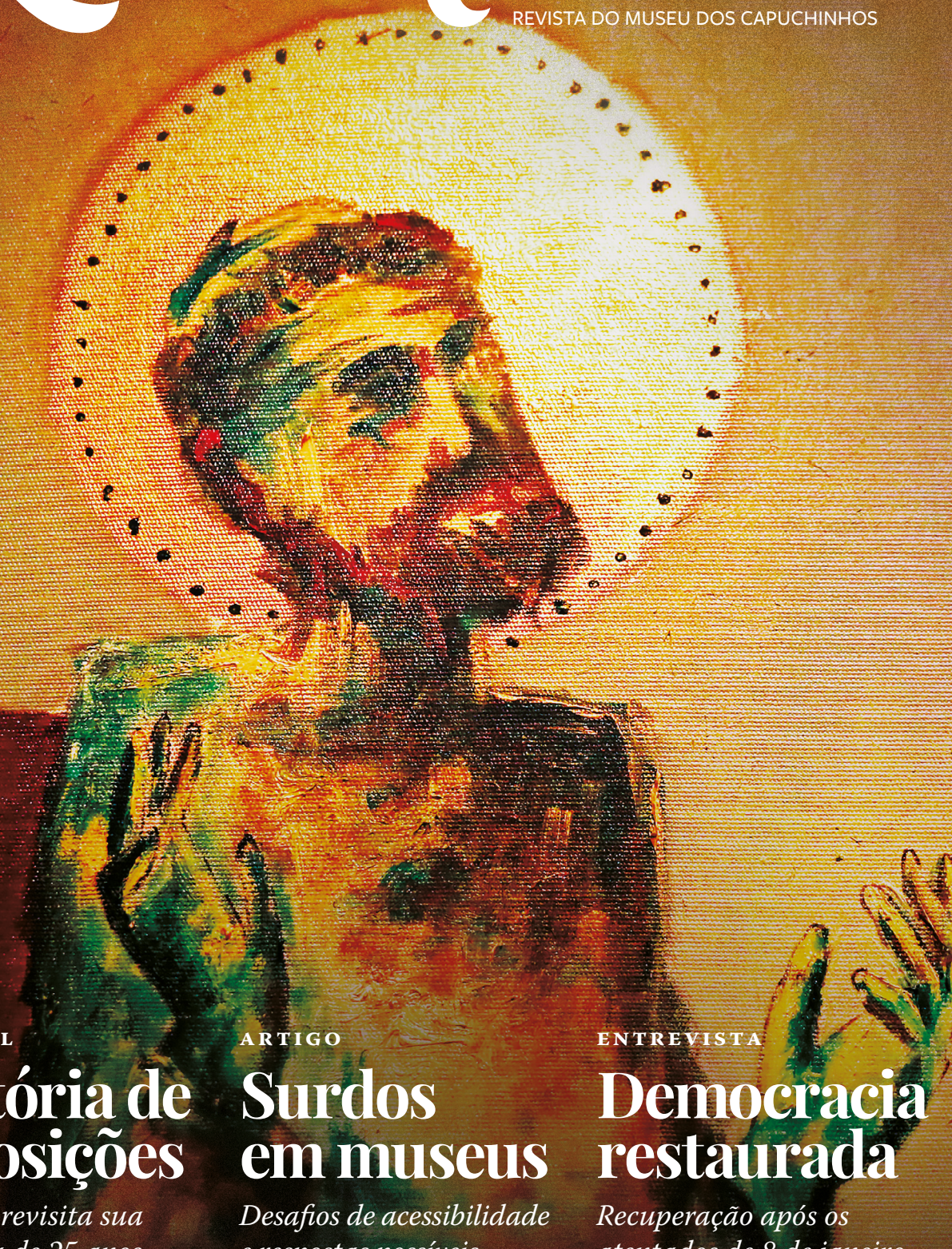
Surdos em museus

Desafios de acessibilidade e respostas possíveis

ENTREVISTA

Democracia restaurada

Recuperação após os atentados de 8 de janeiro



EXPEDIENTE

LE MUSÉE

Revista Anual do Museu dos Capuchinhos
do Rio Grande do Sul

Ano 11 – Nº 11 – setembro de 2026

Editor Moacir P. Molon – MTB 3781

Supervisão e colaboração Christian de Lima, Frei
Celso Bordignon e Raquel Brambilla

Imagem de capa *São Francisco com os pássaros*, de
Christian de Lima / Coleção Isabel Sebben

Projeto gráfico e diagramação Gabriel Radaelli

Impressão e acabamento Editora e Gráfica São
Miguel

Agradecimento especial aos apoiadores
Maria Alberti Cesa, Mari Joana Scherne, Ivone
Assumpta Corteletti, Banca Rio Branco, Nestor
e Gema Gregol, Silvana Boone, Isabel Sebben,
Doris B. Bordignon

Tiragem 1000 exemplares

É proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo
sem autorização prévia dos editores.

MUSEU DOS CAPUCHINHOS

Diretor Celso Bordignon

Coordenação Christian de Lima

Museologia Raquel Brambilla · COREM 3R 0188-1

Endereço Rua General Mallet, 33A, bairro Rio
Branco, Caxias do Sul/RS – CEP 98097-000

Telefone · WhatsApp 54 3220 9565

Instagram @muscaprs

Facebook /museucapuchinhos

E-mail coordenacao@muscap.org.br

Site www.capuchinhos.org.br/muscap

PROVÍNCIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS – FRADES CAPUCHINHOS DO RIO GRANDE DO SUL

Ministro Provincial Frei Álvaro Morés

Conselheiros Provinciais Freis Daison Fermino de
Sá, Irineu Trentin, Alceu Ferronato e Evaldo Valdir
de Freitas

Endereço Av. Alexandre Rizzo, 534C, bairro Desvio
Rizzo, CEP 95110-000 – Caxias do Sul/RS

Telefone 54 3220 3270

E-mail ofmcaprs@ascap.org.br

Site www.capuchinhosrs.org.br

SUMÁRIO

artigos

- 4 A gênese educativa dos Capuchinhos e seus
desdobramentos no campo museológico
- 9 Estrangeiro na própria pátria: inclusão para
surdos em museus

especial

- 16 Uma história contada por exposições

entrevista

- 25 A democracia foi restaurada: Gilcy Rodrigues
Azevedo

ações

- 26 Francisco: 800 anos do Cântico das Criaturas
- 28 Exposição celebra os 150 anos da imigração
italiana no RS
- 30 Preservação do patrimônio cultural
- 32 Patrimônio iconográfico e memória: o legado
de Aldo Locatelli
- 33 Preservação fotográfica na era digital
- 33 Espiritualidade e paz interior com Bhante
Ariyañña
- 34 Prêmio Caxias reconhece a trajetória do
MusCap
- 34 Frei Celso Bordignon recebe Medalha Mérito
Comunitário
- 35 Coluna do leitor

EDUCAÇÃO MUSEAL EXTRAPOLA O ESPAÇO FÍSICO E INSTITUCIONAL

São recorrentes as oportunidades e, especialmente, as necessidades das Províncias capuchinhas, de diferentes países e de diferentes épocas, de buscar alternativas institucionais de sobrevivência. Na Ordem, desde as primeiras décadas dos anos 1500 e, especialmente na Europa, desde a Revolução Francesa e as sucessivas etapas políticas, a busca de alternativas de sobrevivência foram uma constante. Foi essa realidade que obrigou a buscar espaços favoráveis à formação de novos quadros dentro da Ordem dos Capuchinhos, longe da obrigatoriedade do serviço militar aos jovens vocacionados.

Essa é a raiz motivacional da ida dos Capuchinhos da Savoia para países do Oriente médio, onde seria possível e favorecida a formação religiosa de novos quadros. Logo, no entanto, problemas sanitários e de sobrevivência dos jovens vocacionados obrigaram um novo êxodo para a região de imigração italiana na Serra Gaúcha. Esse, em síntese, é o marco inicial dos Capuchinhos no Rio Grande do Sul.

A missão do Museu dos Capuchinhos é a preservação da memória desse grupo e suas inúmeras instituições consolidadas ao longo dos últimos 130 anos. O artigo “A gênese educativa dos Capuchinhos e seus des-

dobramentos no campo museológico”, do professor G. Sirtoli, lembra a importância histórica — ainda em bom tempo — de iniciativas que resultaram na “gênese da instituição museológica voltada à salvaguarda de memórias coletivas e plurais” da hoje celebrada mais que centenária presença dos Capuchinhos no Estado gaúcho.

A educação museal segue como função do Muscap que celebra 26 anos, com apoio de Le Musée, que circula desde 2015. Porém, a educação museal não se restringe ao seu espaço físico. Antes, é um conhecimento que extrapola seu próprio espaço institucional, reverberando no espaço social ao seu alcance.

Os leitores deste número de Le Musée são convidados a percorrer caminhos que extrapolam os espaços físico e institucional próprios da atividade museológica.



Moacir P. Molon • OFMCap
Editor da Revista Le Musée

A GÊNESE EDUCATIVA DOS CAPUCHINHOS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CAMPO MUSEOLÓGICO



Guilherme Sirtoli

Professor e pesquisador, atua com ensino de Arte na Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, doutorando em História (UFPEL) e em Artes Visuais – História, Teoria e Crítica da Arte (UFRGS).

A inovação, educação e resistência frente às adversidades estão no cerne da atuação dos Freis Capuchinhos desde os primórdios. A partir do século XVI, a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos surge, na Europa, em um “momento de renovação da Igreja em meio às grandes transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e religiosas que deram origem à modernidade” (Zugno, 2022, p. 15). Com o momento de supressão das ordens religiosas no contexto de unificação da Itália, os freis tiveram que buscar refúgio frente às perseguições que imperavam: “A perseguição não amainava. Os frades fugiam de um convento para o outro, afim de tentar escapar à perseguição. Ninguém mais aguentava a tensão e não havia mais casas de amigos para acolher os expulsos” (Costa; De Boni, 1996, p. 16). Para fugir desse contexto repressivo, buscaram refúgio no Líbano, pertencente ao então Império Otomano, cujas condições não eram favoráveis aos frades. Isso ressaltou na necessidade da busca por um outro lugar, motivando-os a atravessar o Oceano Atlântico (Zugno, 2022).

Ao chegarem ao sul do Brasil, no final do século XIX, os Capuchinhos oriundos da Saboia, na França, encontraram na Serra Gaúcha a possibilidade de garantir a continuidade da formação de seus estudantes, anteriormente perseguidos, bem como vislumbraram um novo empreendimento: a implantação da Ordem. Deram início a esse projeto, de caráter eminentemente educativo, com a instalação da primeira Escola Seráfica no Convento São

Francisco de Assis, em Garibaldi, voltada à formação dos descendentes de imigrantes que chegavam a essas terras. O objetivo principal dessa iniciativa era, então, “acolher os filhos de imigrantes que quisessem se tornar missionários” (Zugno, 2022, p. 27). A instituição foi concebida para formar esses jovens desde a tenra idade, preparando-os para o ofício clerical:

As escolas seráficas da Ordem Capuchinha seguem o modelo dos seminários menores implantados na Igreja Católica a partir do Concílio de Trento (1545-1563). De acordo com Libâneo (1984), foi a partir de uma metáfora agrícola que a noção de Seminário (seminarium = sementeira) tomou corpo como um local apropriado, onde as crianças seriam cultivadas desde a adolescência para o ofício clerical (GUEDES ET AL., 2021, p. 33).

Além dessa iniciativa, os Capuchinhos também atuaram na criação de outras instituições de ensino, com o intuito de articular a formação religiosa à educação laica. Para isso, recorreram às Irmãs de São José de Moûtiers e aos Irmãos Maristas, que iniciaram suas atividades em Garibaldi entre o final do século XIX e o início do século XX (Zagonel, 2001). Para além das escolas formais, suas iniciativas educativas abrangeram diversas outras práticas, incluindo ações vinculadas à imprensa como meio de comunicação, bem como a atuação em seminários, como o Seminário Diocesano de Porto Alegre, administrado pelos Freis Capuchinhos

entre 1903 e 1913, e o Seminário Diocesano de Caxias do Sul, entre as décadas de 1930 e 1950 (Zugno, 2017), entre outros empreendimentos. Essas ações iniciais desdobram-se em múltiplas frentes, cujos desdobramentos permanecem ativos e perceptíveis até a contemporaneidade.

Essa breve introdução ao papel educativo e à atuação dos Capuchinhos no Rio Grande do Sul se faz necessária, de modo a compreender como, ainda hoje, mais de um século após sua presença no estado, essa verve educativa permanece em suas práticas e iniciativas. Refiro-me à criação do Museu dos Capuchinhos (MusCap), em meados da década de 1980, em Porto Alegre, que surgiu como parte dos esforços dos então estudantes de teologia Agemir Bavaresco, Arlindo Itacir Battistel, Celso Bordignon e Wilson Dallagnol, sob a influência e orientações de Frei Rovílio Costa (Zugno, 2022). Em 2000, a instituição foi transferida para sua atual sede, situada no bairro Rio Branco, em Caxias do Sul, onde desempenha um papel frente à preservação do patrimônio histórico e cultural, bem como uma atuação significativa na comunidade.

A gênese da instituição museológica, criada pelos jovens estudantes estava voltada à salvaguarda dos “registros e [à] conservação da presença dos Capuchinhos em terras gaúchas” (Iotti, 2021, p. 8). Ao longo dos anos, o escopo de suas funções foi ampliado, consolidando-se como um espaço de cultivo da memória, do patrimônio e, conseqüentemente, de práticas educativas formativas. O próprio acervo do museu contribui para dimensionar esse caráter educativo, reunindo uma vasta e heterogênea coleção de arte sacra, que inclui estatuária, pinturas, têxteis, objetos litúrgicos, além de mobiliário diverso. A instituição abriga também um conjunto de pertences dos Freis Capuchinhos, composto por itens e documentos pessoais, bem como pinturas, estudos, correspondências, entre outros materiais. O acervo bibliográfico da instituição também merece destaque, uma vez que o museu dispõe de uma biblioteca especializada, formada a partir de 25 mil livros, bem como um acervo de obras raras que datam entre o século XVI e a década de 1960, considerando que parte desse acervo integra o Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional, vinculado a Biblioteca Nacional (BN).

O MusCap também preserva um rico acervo documental, composto por jornais, cartazes, fotografias, discos e um banco de história oral, o que possibilita uma ampla gama de pesquisas na área. A revista *Le Musée*, publicada pela instituição em formato impresso e digital, dedica-se à divulgação de artigos, entrevistas com profissionais e de suas próprias atividades, contribuindo



No topo: Seminaristas na Escola Seráfica, em Veranópolis/RS, 1905.
Abaixo: Abertura do Museu dos Capuchinhos, em Caxias do Sul/RS, com a presença de frades, autoridades, imprensa e a comunidade em geral.

para o estreitamento das relações com o público. A instituição realiza exposições temporárias que, por meio da curadoria, investigam as relações construídas a partir de seu acervo, ao mesmo tempo em que mobilizam, de forma pontual, agentes externos. No que se refere ao programa educativo, destacam-se diversas iniciativas, como oficinas e palestras abertas ao público, ações formativas voltadas ao patrimônio, além de visitas agendadas e mediadas conforme a demanda.

Ao dimensionar a atuação desse museu, é possível compreender o MusCap como, ao mesmo tempo, um espaço de formação humana, de construção do co-

ACERVO MUSCAP



Ação Educativa com turma de alunos da Escola Paulo Freire comandada pelo historiador Christian de Lima.

nhecimento científico e de salvaguarda de memórias coletivas e plurais, que dizem respeito a um amplo conjunto de sujeitos, vinculados ou não ao contexto capuchinho. Nessa direção, podemos relacionar a atuação do museu ao pensamento de Fernando Catroga (2015), que propõe que nossas recordações estão intrinsecamente ligadas ao coletivo, ou seja, constituem-se na relação com o outro:

*Como a consciência do eu se matura em correlação com camadas memoriais não só diretamente vividas, mas também adquiridas, tem de se ter presente que estas, para além das de origem pessoal, só se formam a partir de narrações contadas por outros, ou lidas e vistas em outros: o que prova que a memória é um processo relacional [...], mas no seio de um horizonte comum **que permite o reconhecimento e a partilha*** (CATROGA, 2015, p. 13, grifos nossos).

Ao refletir sobre a educação no âmbito das instituições museais, é necessário considerar uma noção de educação no amplo espectro, algo que se relaciona com a própria vivência museológica. Os museus são considerados espaços não-formais de educação, ou seja, não seguem um currículo pré-determinado para suas práticas como as escolas e universidades, por exemplo. De acordo com a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), a função educativa é parte integrante da atuação museal, não sendo

separada hierarquicamente de outras instâncias de igual importância, como a preservação, a pesquisa e a comunicação: “A educação museal como uma das funções fundamentais dos museus, centros culturais, pontos de memória e demais processos museológicos, tal como são reconhecidas como funções fundamentais dos museus a preservação, a comunicação e a pesquisa” (Ibram, 2025, p. 1).

Além disso, assim como na escola, a educação que ocorre dentro destes espaços não se restringe às suas próprias quatro paredes, mas é capaz de reverberar em toda a sociedade. A experiência museal, dessa forma, perdura para além do momento da visita, relacionando-se com as vivências do sujeito no mundo em que está inserido. Trata-se de um conhecimento que extrapola o espaço institucional, reverberando na vida dos envolvidos e na sociedade como um todo. Com isso, entende-se que a instituição museal, mais do que um espaço de relações hierárquicas e burocráticas entre trabalhadores e público, é um espaço de formação humana. Sobre essa questão, a museóloga e professora Waldisa Rússio Guarnieri expõe magistralmente:

[...] o próprio museu, como organização, não é visto apenas em função de relações e hierarquias entre cargos, mas também, e principalmente, em função das relações entre as pessoas que aí trabalham (entre si, e entre estas e o público). O próprio material de museu e sua exposição vem sendo discutidos e examinados sob o prisma de seu relacionamento com o ser humano (GUARNIERI, 2020, p. 54).

A partir das ações desenvolvidas pela instituição museal, é possível ativar múltiplas conexões e possibilidades educativas, que extrapolam aquelas tradicionalmente circunscritas ao campo da educação. Nessa direção, ao enfatizar o viés educativo imbricado na própria instituição museal, podemos mobilizar, como metáfora visual, a proposição do artista alemão naturalizado uruguaio Luis Camnitzer (1937), *El Museo es una Escuela: el artista aprende a comunicarse, el público aprende a hacer conexiones*, realizada a partir de 2009 nas fachadas de diversos museus ao redor do mundo. O artista limita-se a propor a obra para a instituição, cabendo a ela executá-la conforme seus próprios critérios e demandas, incluindo o uso de suas fontes tipográficas institucionais, entre outros elementos. O trabalho funciona como uma forma de “contrato educativo” firmado com o próprio público. Suas intenções eram as de “estabelecer um compro-

ACERVO MUSCAP



DIVULGAÇÃO MAMSP



DIVULGAÇÃO MALBA



No topo: Aula com o professor João Mendes Neto durante o curso *Caminhos da Memória* oferecido pelo MusCap.
No meio e abaixo: *O Museu é uma Escola / El Museo es una Escuela*. Intervenção realizada no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAMSP), em 2016 e no Museu Latino-Americano de Buenos Aires (MALBA), 2014.

misso entre a instituição e o público, de modo que, se o público percebesse que a instituição não estava cumprindo esse objetivo, estaria cometendo uma fraude” (Ward et al., 2021, p. 7).

Gabriel Pérez-Barreiro (2014), ao estudar a poética do artista, afirma que ele busca, por meio de seus trabalhos conceituais, “soluções potenciais para problemas específicos. Ele convida o espectador, professor ou aluno a especular sobre os problemas, em vez de se concentrar nas soluções resultantes” (Pérez-Barreiro, 2014, p. 15). Embora a proposta de Camnitzer se volte majoritariamente aos museus de arte, ela permite ser expandida para outras instituições museais, tensionando seus modos de atuação e seus potenciais educativos. Escola e museu são instituições distintas, com propósitos próprios, evidentemente; mas não poderíamos potencializar o sentido educativo dos museus como espaços de criação do conhecimento?

Levando em consideração a proposição de Luis Camnitzer, especialmente no que se refere à centralidade da dimensão educativa nas práticas educativas museais, e reconhecendo a verve formativa presente na atuação histórica dos Freis Capuchinhos, é possível identificar desdobramentos diretos dessa orientação na atuação do Museu dos Capuchinhos. Nesse sentido, o MusCap, desde sua criação, estrutura-se como um espaço que vai além da preservação do acervo, assumindo também um papel formativo junto ao seu público, ao promover experiências que ampliam as relações entre sujeito e patrimônio cultural.

Um dos exemplos dessa perspectiva é o programa Férias no MusCap, com inúmeras edições, que oferece oficinas voltadas à integração do público com o acervo, explorando técnicas artísticas e artesanais vinculadas às coleções da instituição. Além disso, entre os exemplos que podemos citar, o museu desenvolve ações formativas mais especializadas, como o curso *Caminhos da Memória: Conservação e Preservação do Patrimônio do MusCap*, que envolveu profissionais de diferentes áreas relacionadas ao patrimônio cultural, consolidando o museu como espaço de formação e troca de saberes para seu público. Tais iniciativas, somadas a outras ações divulgadas em seus canais institucionais, evidenciam a permanência e atualização do caráter educativo que marca a atuação capuchinha desde suas origens na região.

Ao longo de mais de 25 anos de atuação voltada à preservação do patrimônio, o Museu dos Capuchi-

nhos consolida uma trajetória educativa que remonta às próprias origens da presença capuchinha no Rio Grande do Sul. Por meio de seus esforços formativos, evidencia-se um diálogo permanente e um compartilhamento com a sociedade, em prol da educação em sentido amplo, bem como da produção de conhecimento científico e da salvaguarda do patrimônio, mesmo diante dos inúmeros desafios que essas áreas demandam.

Assim como na escola,
a educação que ocorre dentro
dos museus não se restringe às
suas próprias quatro paredes,
mas é capaz de reverberar em
toda a sociedade.

Assim, para além de um espaço de preservação da memória, o MusCap pode não se configurar como uma escola formal, mas, em diálogo com as ideias de Luis Camnitzer, pode ser compreendido como um espaço propício à construção de conexões formativas com seu público. Nesse movimento, aproxima-se também do que propõe Jacques Rancière (2018), ao nos lembrar que a história não se constitui apenas nos grandes acontecimentos ou nos destinos coletivos já consolidados, mas também nas experiências ordinárias, nos gestos e nas vozes que, muitas vezes, passam despercebidos em perspectiva macro: “o tempo da história não é apenas o dos grandes destinos coletivos. É aquele em que qualquer um e qualquer coisa fazem história e são testemunhos da história” (Rancière, 2018, p. 60).

É nesse horizonte que museu e comunidade podem atuar conjuntamente, diante de um espaço vivo e não apenas como ‘guardião’ do passado intocado e distante da sociedade, mas sim onde diferentes sujeitos participam, se reconhecem e produzem sentidos, consequentemente fazendo história (Rancière, 2018). Nessa perspectiva, apostado na continuidade desse potencial, de modo que o MusCap siga instigando reflexões e promovendo deslocamentos educativos em seus públicos nos tempos que estão por vir. *

REFERÊNCIAS

- BRASIL.** Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Resolução Normativa Ibram nº 40, de 3 de dezembro de 2025. Aprova a Política Nacional de Educação Museal – PNEM. Brasília, DF: Ibram, 2025.
- CATROGA, Fernando.** Memória, história e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- COSTA, Rovídio; DE BONI, Luis A.** Os Capuchinhos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edições EST, 1996.
- GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo.** Museologia e ciências humanas e sociais. In: NAZOR, Olga (org.). Teoria museológica latino-americana: textos fundamentais do ICOM/ICOFOM. São Paulo: ICOM/ICOFOM, 2020. p. 53–55.
- GUEDES, Edson Caliton; NUNES, Marcus Vinicius de Souza; SOARES, Tarissa Corrêa Stern.** Infância, educação e santidade na Instruzione per la direzione delle Scuole Serafiche de Frei Bernardo de Andermatt (1893): o caso do seminário Santa Maria. In: DAMINELLI, Camila Serafim; ZALUSKI, Jorge Luiz; MURAMOTO, Miriam Fernandes. Infâncias e Juventudes em contextos educacionais no Brasil. Foz do Iguaçu: CLAEC e-Books, 2021. p. 32–47.
- IOTTI, Luiza Horn.** MusCap: uma ponte para a história dos Capuchinhos no RS e para a preservação de nosso patrimônio cultural. In: BORDIGNON, Celso; SCHIAVO, Julio Severino (orgs.). MusCap 20 anos: acervos e memórias. Caxias do Sul: Lorigraf, 2021. p. 7–9.
- PÉREZ-BARREIRO, Gabriel.** Ethical Cynism. In: Luis Camnitzer in conversation with / en conversación con Alexander Alberro. New York/Caracas: Fundación Cisneros/Colección Patricia Phelps de Cisneros, 2014. p. 8–16.
- RANCIÈRE, Jacques.** Figuras da história. São Paulo: Editora UNESP, 2018.
- WARD, Inés; PILARÍA, Susana; VERGARA, Emiliano; DAMENO, Leopoldo.** El arte es una escuela: entrevista a Luis Camnitzer. Metal, La Plata, n. 7, e032, 2021. Disponível em: <http://papelcosido.fba.unlp.edu.ar/metalogs>. Acesso em 20/03/2026.
- ZAGONEL, Frei Carlos Albino (org.).** Capuchinhos no Brasil. Porto Alegre: Edições EST, 2001.
- ZUGNO, Vanildo Luiz.** Frades Menores Capuchinhos no Rio Grande do Sul (1896–2021). Caxias do Sul: Editora São Miguel, 2022.

ESTRANGEIRO NA PRÓPRIA PÁTRIA: INCLUSÃO PARA SURDOS EM MUSEUS



Davi Vanset Palaoro

Formado em História e em Geografia (UCS). Atua no MusCap em atividades relacionadas à preservação, pesquisa e difusão do patrimônio.

“Surdos são estrangeiros na própria pátria”² foi a fala apresentada por uma intérprete de Libras durante a assembleia em alusão aos vinte anos da criação da Lei de Libras.

A inclusão social é um pilar fundamental na construção de uma sociedade justa e equitativa. No contexto cultural, os museus desempenham um papel crucial na preservação, celebração e comunicação da diversidade humana. No entanto, a experiência de inclusão para determinados grupos, como a comunidade surda, encontra desafios diante da nossa realidade.

Este texto busca examinar a atual lacuna na inclusão de surdos em espaços museais, abordando os obstáculos enfrentados por essa comunidade ao procurar participar plenamente das narrativas culturais presentes. Historicamente, desde a Grécia Antiga, acreditava-se que o ouvido era o órgão mais importante para a educação. Essa concepção difundiu a ideia de que uma pessoa surda não poderia aprender, pois não conseguiria se comunicar com seus pares, nem com os demais. A fala foi, por muito tempo, uma das características mais valorizadas na história da humanidade, por isso, os surdos foram sistematicamente excluídos da participação ativa na sociedade.

A luta histórica dos surdos parte exatamente dessa exclusão: do desejo de serem reconhecidos social e culturalmente por meio de sua própria língua e das demais demandas de sua comunidade.

No Brasil, a história dos surdos remete ao período imperial, quando Dom Pedro II trouxe ao país Eduard

Huet para aplicar uma metodologia de educação voltada às pessoas surdas. Como resultado desse trabalho, foi fundado em 1857 o Imperial Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que hoje é conhecido como Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). A entidade dedicou-se a pesquisas e estudos sobre metodologias para a educação de surdos, o que levou à criação de uma formação especializada para professores da área. Com o avanço desses estudos, foi promulgada, em 2002, a Lei nº 10.436, que em seu Art. 1º estabelece: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.”

De acordo com Strobel (2009, p. 12), há três grandes marcos na história dos surdos:

1. Revelação cultural: nesta fase, os povos surdos não tinham problemas com a educação. A maioria dos sujeitos surdos dominava a arte da escrita, e há evidências de que, antes do Congresso de Milão, havia muitos escritores, artistas e professores surdos bem-sucedidos.
2. Isolamento cultural: ocorre uma fase de isolamento da comunidade surda em consequência do Congresso de Milão de 1880, que proíbe o acesso à língua de sinais na educação dos surdos; nesta fase, as comunidades surdas resistem à imposição da língua oral.
3. Despertar cultural: a partir dos anos 1960, inicia-se uma nova fase marcada pelo renascimento da aceitação da língua de sinais e da cultura surda, após muitos anos de opressão ouvintista sobre os povos surdos. (STROBEL, 2009, p. 12)

É possível perceber que o avanço é muito recente, datado dos anos 1960, e que, no Brasil, a Libras foi oficialmente reconhecida como língua apenas em



Surdos eram forçados a falar, pois a língua de sinais, além de não reconhecida, era discriminada. Ilustração de W. H. Margetson para o livro *Deaf and Dumb Land*, 1896.

2002. O Congresso de Milão, primeira conferência internacional de educadores surdos, reuniu 160 participantes, em sua maioria ouvintes, e consagrou a língua oral como superior, tratando a língua gestual como um retrocesso na evolução da linguagem. Uma das oito resoluções ali aprovadas determinou:

Oitava resolução: Estabelece uma mudança gradual no método de ensino das instituições que faziam uso da língua de sinais, eliminando progressivamente o ensino por meio das línguas de sinais e implementando o método oral.

Assim, a língua de sinais foi sendo gradualmente suprimida, cedendo espaço exclusivo ao método oral. Os efeitos dessas resoluções se fazem presentes na atualidade, evidenciando que, embora tenhamos avançado em diversos aspectos, os esforços pela inclusão ainda são insuficientes.

Em síntese, a história dos surdos poderia ser assim descrita:

“Em síntese, a história dos surdos, contada pelos não surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram ‘descobertos’ pelos ouvintes; depois foram isolados da sociedade para serem ‘educados’ e, afinal, conseguem ser como

os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos.” (SÁ, 2004, p. 3 apud STROBEL, 2009, p. 30)

À medida que a sociedade avança em direção a práticas mais inclusivas, torna-se fundamental reconhecer e valorizar as diferentes formas de expressão, identidade e participação social. Nesse contexto, destacam-se os espaços de memória, especialmente os museus, que desempenham um papel relevante na preservação, interpretação e divulgação de narrativas históricas e culturais, podendo atuar como importantes mediadores na promoção da acessibilidade, da inclusão e da representatividade de diferentes grupos sociais.

O MARCO LEGAL DA ACESSIBILIDADE PARA SURDOS NO BRASIL

A luta da comunidade surda por reconhecimento e inclusão encontrou, ao longo das últimas décadas, respaldo em um conjunto crescente de instrumentos legais. Compreender esse marco normativo é fundamental para avaliar em que medida os espaços culturais, incluindo os museus, estão obrigados a oferecer condições de acessibilidade e o quanto ainda se distanciam desse imperativo.

O primeiro grande marco foi a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Embora de caráter amplo, essa lei representou o ponto de partida para uma legislação mais específica voltada à comunidade surda, ao reconhecer que a acessibilidade é uma exigência que perpassa diferentes dimensões da vida pública e privada. Dois anos depois, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, conhecida como Lei de Libras, constituiu o marco central dos direitos linguísticos dos surdos no Brasil. Ao reconhecer a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, conferindo à Libras estatuto de língua oficial, rompendo com décadas de invisibilidade e marginalização da comunidade surda.

A regulamentação da Lei de Libras veio com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que detalhou as obrigações do Estado e das instituições em relação à língua de sinais. Entre suas principais determinações, destacam-se: a inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e de Fonoaudiologia; a promoção da educação bilíngue, com a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda; e a exigência de que órgãos públicos viabilizem a comunicação em Libras, capacitando servidores e disponibilizando intérpretes. O decreto também reconheceu explicitamente que a pessoa surda é aquela que compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, afastando-se da concepção médica da surdez como mera deficiência e valorizando a identidade surda como expressão de uma comunidade linguística e cultural própria.

Em 2010, a Lei nº 12.319 regulamentou o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete de Libras, estabelecendo requisitos de formação, competências e atribuições. Essa regulamentação foi um passo importante para garantir a qualidade da mediação linguística em espaços públicos, culturais e educacionais, conferindo à figura do intérprete um reconhecimento profissional que até então inexistia. O avanço mais abrangente veio com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Essa lei estabelece a acessibilidade como um direito fundamental e determina que todos os meios de comunicação e informação devem ser acessíveis a todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência auditiva.

Apesar desse robusto arcabouço legal, a implementação dessas normas ainda enfrenta resistências signi-

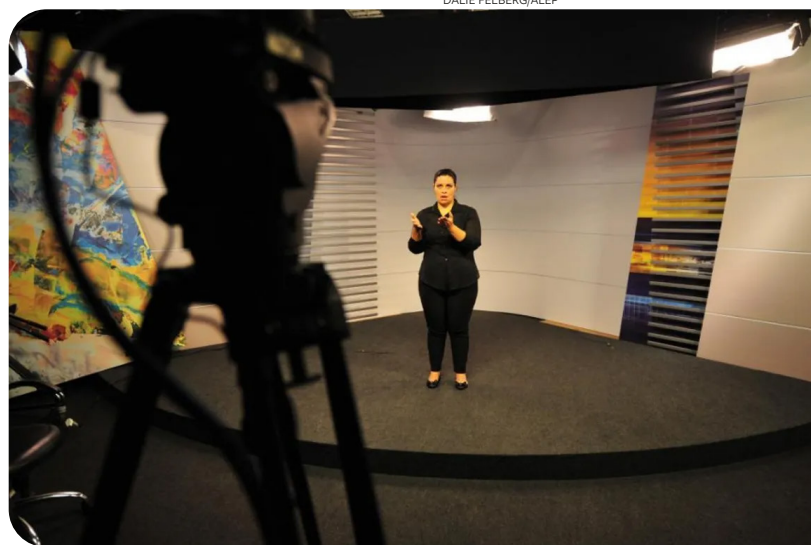
ficativas. Conforme apontou representante da Rede Brasileira da Inclusão (Rede IN), passadas mais de duas décadas da promulgação da Lei de Libras, muitos espaços públicos e privados continuam sem oferecer atendimento em Libras ou qualquer recurso de comunicação acessível para surdos. Isso evidencia que a existência da lei, por si só, não garante a inclusão, é necessário fiscalização efetiva, investimento em formação de equipes e, sobretudo, uma mudança cultural que reconheça os direitos linguísticos.

No contexto museológico, esse conjunto de legislações impõe obrigações concretas às instituições. O descumprimento das normas de acessibilidade não é apenas uma falha de gestão, é uma violação de direitos.

ESPAÇOS DE MEMÓRIA

Se os museus são compreendidos como espaços de memória e de participação cidadã, como pode um surdo sentir-se pertencente a esse espaço quando sua língua primária não está nele contemplada?

A comunidade surda é frequentemente marginalizada nos espaços públicos, que em sua maioria não foram pensados para a sua integração. Para essa comunidade, a Libras é a primeira língua, e o português, a segunda, portanto, é legítimo afirmar que vivemos em uma sociedade estruturada para ouvintes, na qual as preocupações com a inclusão dos surdos se tornou mais efetiva recentemente. Muitos destes espaços não dialogam com pessoas surdas, e isso se



Assembleia Legislativa adota traduções das sessões plenárias em Libras desde 2019.

deve, em grande parte, à falta de recursos humanos e materiais. Tal realidade é evidenciada na pesquisa de Pavan (2020), que, por meio de entrevistas com profissionais atuantes em espaços museais, constatou que aqueles sem acervo oral registrado em Libras justificavam a ausência da seguinte forma:

“Os demais locais pesquisados afirmaram não ter estrutura para realizar vídeos e armazenar esse tipo de entrevista, preservando e disponibilizando a memória em Libras. Não ter estrutura aqui engloba não ter recursos humanos e técnicos. Retomando o fato de que, para que a memória seja registrada, armazenada e disponibilizada em Libras, todo esse processo precisa manter a gravação em vídeo da pessoa entrevistada e, para isso, é necessário contar com alguns recursos técnicos.” (PAVAN, 2020, p. 96)

Esse quadro evidencia as dificuldades dos surdos para acessar materiais em espaços de memória. Pavan (2020, p. 93) aponta ainda que a comunidade surda raramente foi objeto de investigação acadêmica e que, para que houvesse o registro dessa memória, seria necessária a existência de demanda no campo científico, o que revela um desinteresse histórico da academia pelo tema.

A inacessibilidade dos surdos em museus é uma realidade persistente que impede a plena participação dessa comunidade na apreciação do patrimônio cultural. Esse desafio reflete não apenas a ausência de adaptações físicas, mas sobretudo barreiras comunicativas que resultam em exclusão. Entre os principais fatores que contribuem para essa situação, destacam-se a predominância da linguagem oral, que cria uma barreira significativa pela ausência de intérpretes de língua de sinais ou de vídeos com legendas, a falta de materiais adaptados, como folhetos, placas explicativas e vídeos informativos sem versões em língua de sinais, e a invisibilidade da própria comunidade surda nas exposições, que limita a diversidade de perspectivas e narrativas presentes nos museus. Tudo isso impacta não apenas a experiência cultural, mas também a construção da identidade surda, perpetuando estigmas e reforçando a marginalização.

A surdez, compreendida a partir de uma perspectiva socioantropológica, não é tratada apenas como uma deficiência sensorial, mas como uma experiência cultural e linguística singular. As pessoas surdas

constituem uma comunidade com identidade, cultura e língua próprias. Assim, a acessibilidade para surdos vai além da eliminação de barreiras físicas, ela demanda a criação de ambientes comunicacionais nos quais a Libras seja reconhecida e utilizada como língua de mediação.

No campo museológico, isso se traduz na necessidade de oferecer intérpretes de Libras em visitas e atividades educativas, legendas e descrições visuais em materiais expositivos, conteúdos audiovisuais com tradução em Libras e janela de intérprete, além de publicações que contemplem as especificidades linguísticas e culturais dessa comunidade. A ausência de tais recursos configura uma forma de exclusão simbólica que contraria os princípios do direito à cultura e ao patrimônio, assegurados pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

INICIATIVAS DE ACESSIBILIDADE NO MUSCAP

Apesar dos desafios discutidos, o Museu dos Capuchinhos tem investido em ações concretas para tornar seu espaço e seu acervo mais acessíveis à comunidade surda. Três frentes de atuação merecem destaque.

O MusCap tem promovido oficinas educativas e culturais com a presença de intérpretes de Libras, garantindo que visitantes surdos possam participar plenamente das atividades de mediação. Essas iniciativas representam um avanço relevante, pois reconhecem a Libras como língua legítima de acesso ao conhecimento e à cultura.

O museu também tem desenvolvido materiais audiovisuais pensados para o público surdo, incorporando recursos como janela de Libras, legendas e

Oficina sobre acessibilidade ocorrida no MusCap.



ACERVO MUSCAP

descrições visuais. Essas produções funcionam tanto como suporte à visita presencial quanto como ferramentas de divulgação e educação à distância, ampliando o alcance do acervo e das narrativas históricas custodiadas pelo MusCap para além dos limites físicos da instituição.

Outra iniciativa digna de nota é a publicação desta revista, uma publicação que contempla adaptações linguísticas e visuais, como a audiodescrição, que facilita a compreensão por parte dos leitores com deficiências visuais. A existência desse material demonstra uma preocupação com a comunicação que vai além do imediato do espaço físico, alcançando dimensões mais amplas de inclusão e pertencimento.

DESAFIOS: O PESO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

Ao pensar nas iniciativas descritas, o MusCap enfrenta um desafio estrutural, a natureza histórica da edificação que o abriga. Imóveis tombados, protegidos ou de relevância patrimonial, que quando construídos, não tinham o tato com a acessibilidade, estão sujeitos a regimes de proteção que impõem restrições significativas a intervenções físicas, dificultando ou mesmo inviabilizando a implementação de adaptações necessárias à plena acessibilidade.

Mesmo com a dificuldade arquitetônica, a disposição dos espaços, a acústica, a iluminação e a possibilidade de instalação de tecnologias assistivas (como painéis digitais interativos, totens de sinalização visual ou sistemas de alerta luminoso) podem ser condicionadas pela estrutura original do imóvel. A manutenção da integridade arquitetônica, exigida pelos órgãos de preservação do patrimônio, muitas vezes entra em conflito com as adaptações que promoveriam uma experiência mais inclusiva. Essa tensão entre preservação e inclusão não é exclusividade do MusCap, trata-se de um dilema recorrente em museus históricos ao redor do mundo. A solução não passa pela escolha entre um valor e outro, mas pela busca de soluções criativas e negociadas, que respeitem a memória inscrita no espaço ao mesmo tempo em que garantam o direito de acesso de todos os cidadãos.

A acessibilidade plena não é um destino alcançado por decreto, mas um processo contínuo de escuta, adaptação e inovação. Que o MusCap siga sendo um espaço onde a memória e a inclusão possam, cada vez mais, caminhar juntas.

EXPERIENCIAÇÃO: REFERÊNCIAS BRASILEIRAS

No cenário brasileiro, a Pinacoteca do Estado de São Paulo é amplamente reconhecida como a instituição museológica mais avançada em termos de acessibilidade inclusiva. Fundada em 1905 e instalada no bairro da Luz, a Pinacoteca desenvolve, desde os anos 2000, o Programa Educativo para Públicos Especiais (PEPE), que tem como objetivo promover o acesso de grupos com deficiências sensoriais, físicas, intelectuais e transtornos mentais ao acervo do museu, por meio de abordagens e recursos multissensoriais.

Para o público surdo, o PEPE oferece visitas educativas mediadas por profissionais especializados em Libras, o que confere ao programa uma dimensão de representatividade linguística e cultural que vai além da mera tradução. O museu também disponibiliza um videoguia em Libras, que permite ao visitante realizar a visita com autonomia, sem depender exclusivamente da presença de um mediador. Esse recurso é particularmente relevante por reconhecer que a autonomia é uma dimensão central da inclusão: não basta permitir a entrada, é preciso garantir que a experiência seja plena e independente.

Para visitantes com deficiência visual, a Pinacoteca desenvolveu a Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras, um espaço concebido especificamente para a exploração por meio do toque. A galeria reúne esculturas originais do acervo e conta com piso tátil para orientação, audioguia com audiodescrição e catálogo em dupla leitura tinta e braille. Há ainda recursos adaptados para pessoas com deficiência intelectual e para aquelas em situação de sofrimento psíquico. A Pinacoteca também realiza cursos de formação para profissionais de outras instituições interessados em usar a arte como recurso inclusivo, funcionando como polo irradiador de boas práticas no setor.

Já o Museu da Língua Portuguesa, reinstalado na histórica Estação da Luz após incêndio e reforma, constitui outro exemplo relevante de iniciativa inclusiva no contexto paulistano. A instituição incorporou, em sua reabertura, recursos de acessibilidade para diferentes públicos, com destaque para as visitas ao prédio histórico realizadas integralmente em Libras, iniciativa desenvolvida em parceria com a Virada Inclusiva, evento promovido pela Secretaria de Estado da Pessoa com Deficiência de São Paulo. Essas visitas reconhecem a Libras não apenas como instrumento de comunicação, mas como língua de mediação cultural legítima, por meio da qual a história do espaço e da língua portuguesa pode ser narrada à comunidade surda em seus próprios termos linguísticos.

O Museu da Vida, vinculado à Fundação Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, desenvolveu o projeto "Quebrando Barreiras Culturais: a Ciência e o Surdo", iniciativa que se destaca por sua abordagem metodológica inovadora. O projeto não se limita a adaptar conteúdos já existentes para a Libras, mas trabalha ativamente na formação de mediadores surdos, capazes de conduzir atividades educativas para visitantes com deficiência auditiva. Para tanto, a equipe do museu desenvolveu uma metodologia semanal de capacitação, em parceria com estudantes surdos de Pedagogia do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), buscando adequar conceitos científicos à Língua de Sinais e criar roteiros de visita protagonizados pela própria comunidade surda. Existe também a acessibilidade pensada para pessoas neurodivergentes, se tratando de uma sala de Regulação Sensorial.

Essa iniciativa é especialmente significativa porque desloca o surdo da posição de destinatário passivo das políticas de acessibilidade para a de agente ativo na produção e mediação do conhecimento científico e cultural. Ao formar mediadores surdos, o museu não apenas amplia sua capacidade de atendimento a esse público, mas também contribui para a construção de uma identidade profissional surda no campo museológico, dimensão raramente contemplada nas discussões sobre acessibilidade.

O Museu do Futebol, também localizado em São Paulo, se destaca por reunir recursos de acessibilidade para diferentes públicos em um espaço de temática popular e de grande apelo entre visitantes de diferentes perfis. O museu oferece piso tátil e audioguias para visitantes com deficiência visual, além de conteúdos em braille. Para o público surdo, o museu disponibiliza mediação em Libras mediante agendamento.

A análise destes casos apresentados permite identificar um conjunto de possibilidades que caracterizam as instituições museológicas em referência ao falar de acessibilidade. Em primeiro lugar, destaca-se a presença de programas estruturados e permanentes, e não de ações pontuais ou ocasionais, o que indica que a acessibilidade foi incorporada à política institucional dos museus, e não tratada como resposta a demandas emergenciais.

Em segundo lugar, observa-se em quase todos os casos a valorização do protagonismo das próprias comunidades com deficiência na concepção e execução das iniciativas. No Museu da Vida, o envolvimento de surdos como mediadores e educadores não é apenas

DIVULGAÇÃO MUSEU DA VIDA



Inauguração da Sala de Regulação Sensorial para pessoas neurodiversas.

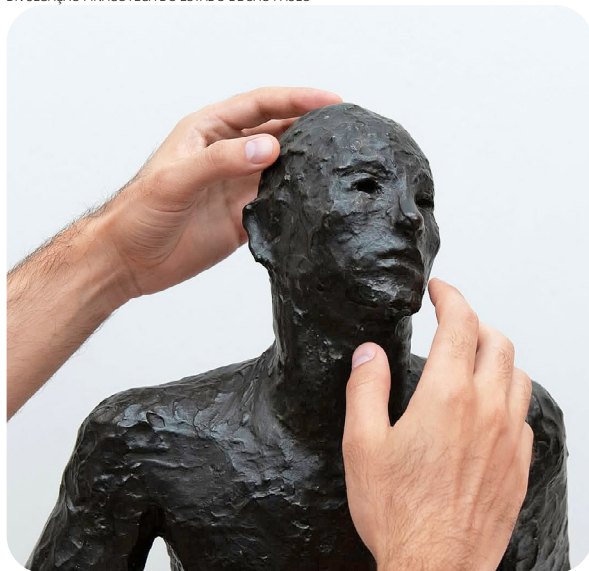
uma estratégia pedagógica, é um posicionamento político que reconhece a autoridade da experiência vivida como elemento central da mediação cultural.

Em terceiro lugar, as experiências mais bem-sucedidas revelam uma compreensão ampliada da acessibilidade, que articula dimensões física, comunicacional, programática e atitudinal. A remoção de barreiras arquitetônicas é necessária, mas insuficiente; é preciso que os conteúdos, as linguagens e as relações que se estabelecem no interior do museu sejam igualmente inclusivos. Nesse sentido, a formação continuada das equipes e o desenvolvimento de materiais adaptados surgem como condições indispensáveis à consolidação de uma cultura institucional verdadeiramente inclusiva.

MUSEU: UM ESPAÇO PLURAL

Ao longo desta discussão sobre a inclusão de surdos em espaços museais, tornou-se evidente que a cons-

DIVULGAÇÃO PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO



Galeria tátil da Pinacoteca do Estado de São Paulo.

trução de caminhos para a inclusão cultural é um desafio multifacetado, mas imperativo para uma sociedade verdadeiramente diversificada e igualitária. Durante décadas, os surdos têm enfrentado barreiras significativas ao procurar participar plenamente das experiências culturais oferecidas pelos museus. Há, contudo, um crescente reconhecimento da necessidade de transformar esses espaços em ambientes inclusivos, capazes de acolher a rica diversidade linguística e cultural da comunidade surda.

Uma das principais barreiras identificadas é a lacuna na comunicação: muitos museus permanecem ancorados em práticas tradicionais centradas na linguagem oral, e as narrativas culturais frequentemente se perdem na mediação com o público surdo, limitando sua capacidade de se conectar e se envolver com as exposições.

Ao reconhecer e enfrentar essas barreiras, os museus não apenas atendem às necessidades específicas da comunidade surda, mas também enriquecem suas próprias ofertas culturais. A inclusão não é apenas uma questão de acessibilidade, é uma oportunidade de aprofundar experiências para todos os visitantes, promovendo compreensão e respeito pela diversidade.

É igualmente importante destacar que a inclusão vai além da adaptação física dos espaços museais. Ela requer uma mudança cultural e uma transformação nos paradigmas que orientam as práticas museológicas. Os profissionais de museus têm um papel central nesse processo, podendo atuar como agentes de mudança na transição para espaços culturalmente inclusivos.

A inclusão de surdos em espaços museais é uma jornada em constante evolução. À medida que as sociedades avançam em direção a uma compreensão mais profunda da diversidade, os museus têm a oportunidade de liderar a construção de pontes para a inclusão cultural. Quando as experiências culturais são compartilhadas de forma inclusiva, não apenas as instituições se fortalecem, mas toda a sociedade se beneficia de um tecido social mais robusto e democrático. *

REFERÊNCIAS

Academia de Libras. História dos Surdos no Brasil e no Mundo. Dezembro de 2019. Disponível em: <<https://academiadelibras.com/blog/historia-dos-surdos/>>. Acesso em: 16 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 16 mar. 2026.

CRISTIANO, Almir. O Congresso de Milão. Libras, 2020. Disponível em: <<https://www.libras.com.br/congresso-de-milao>>. Acesso em: 16 mar. 2026.

HENRIQUE, Timótheo Machado. Educação de Surdos – aspectos histórico-linguístico-culturais da comunidade surda. Revista Educação Pública, v. 21, n. 35, 21 set. 2021. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/35/educacao-de-surdos-r-aspectos-historico-linguistico-culturais-da-comunidade-surda>>. Acesso em: 16 mar. 2026.

PAVAN, Grasielle. Libras como língua (de direito) no registro da memória da comunidade surda. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/items/8d3331f6-ddc8-4e94-90fa-dc1a8be76935>>. Acesso em: 16 mar. 2026.

PERLIN, Gladis; **STROBEL,** Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. Educar em Revista, Curitiba, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/qR5cDC7tgf5SyMtrSGvSVFC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 mar. 2026.

STROBEL, Karin. História da educação de surdos. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2026.

UMA HISTÓRIA CONTADA POR EXPOSIÇÕES

Em comemoração aos 25 anos, MusCap revisita as principais exposições de sua trajetória, reunindo memórias e narrativas que marcaram sua história

Ao longo de seus 25 anos de atuação em Caxias do Sul, o MusCap compreendeu as exposições como uma das principais formas de aproximar o público de seus acervos, pesquisas e ações desenvolvidas pela instituição. Mais do que apresentar objetos e peças históricas, cada mostra realizada pelo museu também evidencia os processos que acontecem nos bastidores, como o trabalho de pesquisa, conservação, documentação, curadoria e museografia, fundamentais para que os acervos possam ser preservados e compartilhados com a comunidade. Com o passar dos anos, o museu percebeu também que as exposições se tornaram importantes pontes de diálogo entre a instituição e o público, fortalecendo vínculos, despertando memórias e ampliando o acesso à cultura e ao patrimônio. Foram inúmeras mostras realizadas ao longo deste quarto de século, cada uma marcada por diferentes temáticas e experiências.

Para celebrar essa trajetória, o MusCap inaugurou, em 3 de dezembro, a exposição *MusCap 25 Anos*. Em formato retrospectivo, a mostra reuniu objetos, fotografias, livros, esculturas e pinturas que marcaram exposições realizadas ao longo de seus 25 anos, revisitando a história do museu por meio de seus acervos e da memória construída em seus projetos expositivos.

A seleção das peças expostas partiu da importância e do significado que determinados objetos tiveram ao longo das exposições realizadas pelo museu. Assim, itens que marcaram momentos relevantes da trajetória do MusCap voltaram a ocupar o espaço expositivo, permitindo ao público revisitar memórias e conhecer parte do caminho construído pela instituição ao longo de seus 25 anos. Ao reunir esses objetos, a mostra *MusCap 25 Anos* também revisitou algumas das exposições mais significativas realizadas nas últimas décadas, apresentando a diversidade temática, a riqueza dos acervos e o compromisso permanente do museu com a preservação e a difusão do patrimônio cultural.

Entre as exposições recentes, esteve *Francisco: 800 anos do Cântico das Criaturas*, realizada em 2025. A mostra celebrou os 800 anos da composição do célebre texto de São Francisco de Assis, reunindo pinturas pertencentes à coleção particular de Isabel Sebben, uma das maiores colecionadoras de imagens franciscanas do Brasil. A exposição mostrou ao público diferentes interpretações artísticas sobre a figura do santo,

No ano anterior, em 2024, o museu exibiu pela primeira vez ao público uma seleção de seu acervo bibliográfico raro através da exposição *Tesouros Literários: 500 anos de História com os Freis Capuchinhos*. A mostra revelou assim obras de grande relevância histórica, entre elas, uma Bíblia datada do século XVI, edições históricas de *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, além de clássicos da literatura universal como *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri, e as fábulas de La Fontaine. A exposição também destacou o cuidadoso trabalho de preservação realizado pela instituição. Ainda em 2024, o museu promoveu a exposição dedicada aos 150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Por meio de esculturas sacras e objetos devocionais, a mostra apresentou a relação histórica construída entre os Frades

ACERVO MUSCAP



No topo: Exposição *Correio Riograndense: Um Século de Informação* em 2009.
Abaixo: Exposição *Peregrinos e Forasteiros* em 2016.

Capuchinhos e os imigrantes italianos.

O ano de 2023 foi marcado por duas exposições. A primeira, *Paz e Bem: do presépio de São Francisco aos nossos presépios*, celebrou os 800 anos da primeira encenação do presépio realizada por São Francisco de Assis. Com curadoria de Frei Celso Bordignon, a mostra reuniu peças pertencentes ao acervo de Mari Joana Scherner. No mesmo ano o MusCap recebeu a exposição *Treze Estandartes Profanos e uma Bandeira Sagrada*, do historiador e artista plástico Juventino Dal Bó. Com curadoria de Christian de Lima, a mostra exibiu um conjunto de obras em forma de standartes, produzidos durante o período da pandemia, reunindo referências literárias, memórias afetivas e reflexões sobre o cotidiano. Entre os homenageados

estavam personalidades como Frida Kahlo, Virginia Woolf e Natália Ginzburg.

Já em 2022, a artista Tere Finger ocupa o MusCap com a exposição *E se houvesse amor...*, composta por obras a partir da temática de cruzeiros e crucificados. No mesmo ano, Antonio Giacomini apresenta a mostra *Preservação e Arte: memórias reveladas em aquarelas*. Inspirado em fotografias históricas conservadas pelo museu, o artista produziu 50 aquarelas que resgatam cenas, personagens e paisagens presentes na trajetória da Província dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul.

Também em parceria com a Unidade de Artes Visuais de Caxias do Sul (UAV), por meio do AMARP, foi realizada a exposição *Além da Coleção: uma visita à subjetividade das obras do AMARP*, com curadoria de Christian de Lima e Raquel Brambilla. Entre todas as mostras realizadas naquele ano, uma das mais emblemáticas foi *Capuchinhos 125 Anos: Presença, Missão e Carisma*. Desenvolvida para celebrar os 125 anos da presença dos Frades Capuchinhos no Rio Grande do Sul, a mostra reuniu fotografias, documentos, obras de arte, objetos pessoais e peças históricas que testemunham a atuação dos religiosos em áreas como educação, saúde, comunicação, cultura e assistência social.

Antes desse período de intensa atividade expositiva, o Museu dos Capuchinhos RS precisou enfrentar um dos momentos mais desafiadores de sua trajetória recente. Com a chegada da pandemia da covid-19, que impactou instituições culturais em todo o mundo, o museu foi obrigado a suspender temporariamente suas atividades presenciais e manter a sala de exposições fechada ao público. Poucos meses antes do início do isolamento, em novembro de 2019, o museu havia inaugurado a exposição *Memórias e Coleções do Naturalista José Zugno*. A mostra integrou o lançamento do livro *A Palmeira Humana – Memórias do Naturalista e Escritor José Zugno*.

Após este período fechada, a sala de exposições voltou a receber o público em outubro de 2021 com a mostra *Mulheres e Arte: a trajetória do Recrutar*. A exposição apresentou os resultados de um projeto contemplado pelo 10º Prêmio Ibermuseus de Educação, reconhecimento internacional destinado a iniciativas que promovem a aproximação entre museus e comunidades na América Latina, Portugal e Espanha. Desenvolvido inicialmente antes da pandemia e retomado posteriormente, o projeto

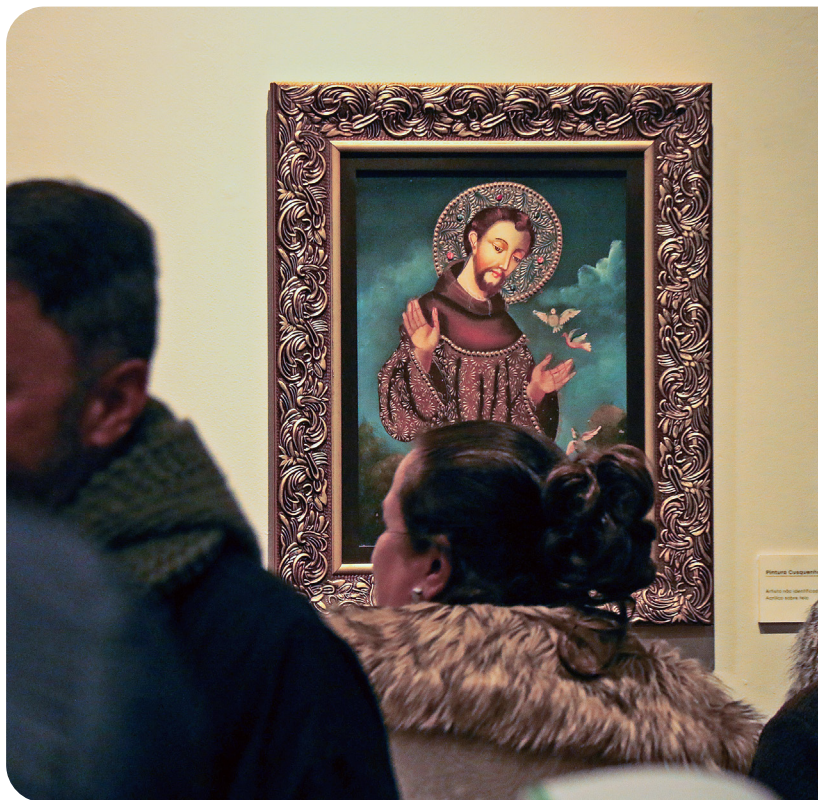
buscou promover inclusão, valorização e autonomia por meio da arte. A iniciativa reuniu mulheres participantes em atividades que transformavam materiais destinados ao descarte em produções artísticas, ao mesmo tempo em que promovia reflexões sobre o papel da mulher na sociedade, sua presença na história da arte e a importância do trabalho desenvolvido pelos recicladores.

Em 2018, o museu realizou três exposições dedicadas a diferentes temáticas. A exposição *A to POLSKA właśnie*, promovida pelo Consulado Polonês, trouxe ao público aspectos da história e da cultura da Polônia ao longo de mais de onze séculos. Além dos painéis expositivos, a mostra contou com objetos pertencentes aos freis Alberto Stawinski e Adão Urbano Koakoski, religiosos de descendência polonesa ligados à história da imigração no Rio Grande do Sul. Também integrou a programação a mostra *RE-LIGARE*, dos artistas Adriana Antunes e Rafael Dambros. A mostra reuniu vinte obras inspiradas em elementos da fé popular e da espiritualidade. No mesmo ano, o museu apresenta *Laudato Sii... Assim Cantam os Capuchinhos*, resultado de uma pesquisa sobre a presença da música na trajetória dos Frades Capuchinhos. A exposição reuniu instrumentos musicais, partituras, fotografias, livros e documentos que evidenciaram a importância da música na vida religiosa, cultural e comunitária da instituição ao longo de sua história.

Em 2017, o MusCap traz ao público os resultados de importantes projetos de pesquisa e valorização do patrimônio cultural. Em março, foi inaugurada a exposição *Uma Assinatura para a Arte Anônima*, resultado de um projeto contemplado pelo Financiarte que mostra os resultados de uma ampla investigação realizada sobre o acervo de arte sacra do museu, especialmente altares, retábulos e imagens em madeira, buscando identificar autoria, características estilísticas e contextos históricos das obras. O projeto contribuiu para ampliar o conhecimento sobre um importante conjunto patrimonial preservado pela instituição.

No mesmo ano, o museu recebeu a exposição *Peregrinatio Perpetua*, desenvolvida a partir do edital *#OcupaMusCap*, com curadoria de Felipe Zaltron de Sá. A mostra expõe objetos, memórias e recordações ligadas às trajetórias dos freis Celso Bordignon, Moacir Molon e João Carlos Romanini, revelando diferentes formas de atuação dos religiosos na arte, na comunicação e na vida comunitária.

ACERVO MUSCAP





Acima: Exposição *Uma Assinatura para a Arte Anônima*, 2017.
Esquerda: Exposição *Francisco: 800 anos do Cântico das Criaturas*, 2025.
Direita: Exposição *E se Houvesse amor*, 2022.

Em 2016, a exposição *Il Poverello d'Assisi*, da artista Benedita Ceccato vem ao MusCap através do edital *#OcupaMusCap*. Composta por cerca de vinte obras produzidas ao longo de oito anos, a mostra revisitou a iconografia de São Francisco de Assis, explorando temas ligados à espiritualidade franciscana, à contemplação e à relação entre ser humano e natureza. No mesmo ano, uma das exposições que mais marcou a memória dos visitantes foi *Peregrinos e Forasteiros*, responsável por apresentar ao público a chamada “Sala das Malas”, espaço que se tornou um dos ambientes mais emblemáticos do museu. A mostra reuniu antigas malas pertencentes a freis capuchinhos, acompanhadas de objetos pessoais que ajudam a contar suas histórias de vida. Inspirada na tradição franciscana dos votos de pobreza e obediência, a exposição convidava o público a refletir sobre os caminhos percorridos pelos religiosos e sobre aquilo que carregavam consigo em suas constantes mudanças.

Outras exposições de destaque em sua história, encontra-se *Entre o Sol e a Lua: Traduções Iconográficas Franciscanas*, realizada em 2015. Com curadoria de Silvana Boone, a exposição apresenta ao público diferentes interpretações artísticas sobre São Francisco de Assis e Santa Clara, reunindo, pela primeira vez no MusCap, obras de artistas contemporâneos em diálogo com peças históricas do acervo da instituição.

Entretanto, seria impossível registrar, em poucas páginas, todas as exposições realizadas pelo museu ao longo de seus 25 anos. Entre 2000 e 2014, inúmeras mostras ajudaram a consolidar a identidade da instituição e sua relação com a comunidade. Exposições como *O Tempo e a Vida dos Frades Capuchinhos*, *O Sagrado na Fé*, *Capelinhas: Memórias e Fé*, *Frei Rovílio Costa: Uma Herança Cultural*, *MusCap 10 Anos*, *Correio Riograndense: Um Século de História*, *Nativitas – Olhares sobre o Natal* e *Pínakes – Mostra da Pinacoteca do MusCap* representam apenas uma pequena parcela dessa trajetória.

Cada exposição nasceu de um contexto específico, de uma pesquisa, de um olhar curatorial e de uma proposta própria. Algumas partiram dos acervos preservados pelo museu; outras surgiram de parcerias com artistas, pesquisadores, colecionadores e instituições culturais. Em comum, todas buscaram promover reflexões sobre arte, memória, patrimônio e preservação. *

A DEMOCRACIA FOI RESTAURADA

Gilcy Rodrigues Azevedo, ex-chefe do Serviço de Preservação da Câmara dos Deputados, relembra o trabalho de recuperação do patrimônio após os atentados de 8 de janeiro

Gilcy Rodrigues Azevedo é servidora pública aposentada da Câmara dos Deputados, onde construiu uma trajetória de mais de três décadas dedicada à preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Ingressou na instituição em 1994 e, ao longo de sua carreira, ocupou cargos como Chefe do Museu, Chefe da Seção de Conservação e Restauro, Chefe do Serviço de Preservação e Diretora da Coordenação de Preservação.

Graduada em Letras — Literatura pela Universidade de Brasília (UnB), possui especializações em Técnica Legislativa, Políticas Públicas para a Educação, Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (MAST/RJ) e Preservação, Conservação e Restauro de Bens Culturais (UCS/RS). Sua atuação foi complementada por diversos cursos de conservação, restauração e conservação preventiva, com ênfase em gestão de riscos aplicada à salvaguarda do patrimônio cultural.

Ao longo de sua carreira, desenvolveu consultorias para instituições públicas nacionais e internacionais, ministrou cursos, coordenou eventos, integrou bancas, congressos, seminários e mesas de debate, além de publicar trabalhos sobre preservação de acervos e gestão de riscos em situações de emergência. Entre suas principais contribuições estão a criação da Política de Preservação da Câmara dos Deputados, do Plano de Gerenciamento de Riscos: Salvaguarda e Emergência do Patrimônio Histórico e Cultural, do *Guia de Preparação para Emergências nos Acervos: Resposta e Recuperação*, além da coordenação dos Diagnósticos de Conservação dos acervos da Câmara

ACERVO PESSOAL



ACERVO PESSOAL



dos Deputados (2014, 2017 e 2022), desenvolvidos em conjunto com Juçara Quinteros e a equipe técnica da instituição. É autora e coautora de artigos e trabalhos apresentados em eventos nacionais e internacionais, entre eles *Few Resources, Much Creativity: Proactive Actions to Reduce the Impact of Major Disasters* (AIC — EUA, 2020), *Conservación de Documentos Históricos de la Cámara de los Diputados de Brasil: Cambios de Paradigmas, de la Gestión a la Práctica* (Chile, 2021) e *Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Câmara dos Deputados no Contexto da Pandemia de Covid-19* (VI Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauração, 2021). Também participou das publicações *Restaurando a Democracia: a Preservação da Memória da Câmara para Futuras Gerações* (2024) e *Preservation of Art and Culture: Brazilian Women Professionals* (2024).

Pela atuação no resgate e recuperação das obras de arte e dos bens culturais danificados nos ataques de 8 de janeiro de 2023, foi agraciada com a Ordem do Mérito Rio Branco, uma das mais importantes condecorações concedidas pelo Governo Federal, reconhecimento que compartilha com toda a equipe de restauradores e técnicos da Câmara dos Deputados.

MusCap: Como Diretora da Coordenação de Preservação da Câmara dos Deputados, como se estruturava o seu dia a dia profissional e quais eram as principais atribuições e responsabilidades envolvidas na

gestão e na execução das ações de conservação e restauração no espaço em que atuava?

Azevedo: Diferente da maioria das instituições públicas que conheci durante minha trajetória, na Câmara dos Deputados existe uma Coordenação responsável pela preservação de todos os bens culturais da Casa, inclusive os que já nascem em meio digital — preservação digital. Esse patrimônio forma o conjunto de bens que compõem a história e a memória do Poder Legislativo Brasileiro.

Além do edifício, o Palácio do Congresso Nacional, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2007 e considerado como patrimônio cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em 1987, temos mais de 16 reservas técnicas, além de objetos museológicos distribuídos pelos corredores e salões de seu edifício principal e anexos (4 anexos). Nossos bens tiveram origem em meados de 1822, compreende hoje cerca de 24 mil metros lineares de acervos documentais, bibliográficos e museológicos dos mais variados suportes. São livros, documentos (papeis, fotografias, filmes, etc.), mobiliário, obras de arte expostas e integradas à arquitetura, presentes protocolares e objetos por meio dos quais a história da instituição se perpetua.

Para administrar esses bens existem o Museu, a Biblioteca, o Arquivo e a Arquitetura da Casa com profissionais extremamente qualificados na área. Nosso trabalho consistia no cuidado conjunto, especificamente na administração das ações inerentes à preservação desses bens, assegurando sua manutenção, integridade e usufruto por esta e pelas gerações futuras.

Trabalhávamos na gerência de pessoal qualificado, conservadores-restauradores, pessoal da digitalização e preservação digital, na criação de projetos, inclusive educativos, e ações ligadas à conservação preventiva e tratamento desses bens voltadas para o prolongamento de sua vida útil e mitigação dos riscos a que estavam expostos, identificando, avaliando, reduzindo ou eliminando tais riscos. Cuidávamos das reservas técnicas e das áreas expositivas, acondicionamento, normas de manuseio e carregamento, condições climáticas das reservas, higienização e demais ações sobre o objeto etc.

Além dessas atividades, apresentávamos diante da gestão topo da Casa as necessidades do setor, fazíamos relatórios baseados em dados concretos retirados da aplicação da ferramenta de gerenciamento de risco, realizávamos compras, participávamos de pregões, fazíamos diligências para verificação de informações ligadas à área de preservação em conjunto com parlamentares, participávamos de reuniões cuja apresentação de informações técnicas sobre a área de preservação de bens culturais era tema nas Comissões da Casa; recebíamos diversas instituições para troca de experiências e auxiliávamos no salvamento dos bens das instituições públicas que nos procuravam para esse fim.

Ministrávamos aulas e palestras nas campanhas de educação patrimonial, chamando os servidores da Casa e visitantes a serem, conosco, corresponsáveis pelos cuidados com o patrimônio que não é nosso e sim da sociedade brasileira.

E, sim, tudo isso ao mesmo tempo, mas com uma equipe sempre pronta e apaixonada pela salvaguarda dos bens culturais.

MusCap: Ao longo da sua trajetória como conservadora-restauradora, o que mais mudou na forma como você enxerga o patrimônio cultural e o papel da conservação para a sociedade?

Azevedo: Nos meus mais de 20 anos na área o que mais afetou meu olhar para com os bens culturais

foi o senso de responsabilidade, de pertencimento, sabe? Eles são de todos e meus ao mesmo tempo, por isso temos que cuidar deles, proteger e saber que as futuras gerações terão a mesma sensação que eu tenho agora diante de objetos que representam momentos históricos únicos. Esses objetos são a representação do que somos enquanto sociedade e isso é muito importante. Cuidar deles, então, ter minhas atividades profissionais voltadas para a gestão da manutenção desses bens passou a ser mais que uma ação cotidiana, mas de orgulho e prazer.

Tinha na Câmara uma equipe de profissionais alunos da APAE-DF que faziam a higienização dos livros e documentos, sempre fazíamos reuniões para conscientização sobre as atividades deles e, em uma das entrevistas que fizeram para a Globo, ouvi um deles dizer: me orgulho de fazer parte da história. Obviamente chorei, sou de câncer. Não é isso? Quando ajudo, por meio de ações sobre o ambiente ou o objeto, para dar a ele maior tempo de vida, não estou, de certa forma, fazendo parte da própria história?

MusCap: Quais são, hoje, os maiores desafios enfrentados pela conservação e restauração do patrimônio histórico no Brasil, especialmente diante de crises, negligências ou eventos extremos?

Azevedo: Creio que a conscientização sobre o significado e importância do que são esses bens para a sociedade, para nossa história e memória, esse é nosso grande desafio hoje. Sei que precisamos lutar por melhores condições para nossos bens culturais, maior cuidado, profissionais qualificados, maior quantidade de verba para as ações de preservação, mas nada disso terá efeito se não lutarmos por uma conscientização da importância da manutenção dos bens que contam nossa história e perpetuam nossas memórias, que carregam a marca da existência do fato em suas “rugas”.

Uma das minhas atividades cotidianas mais complexas era o convencimento contínuo das gestões topo sobre a importância da existência e as necessidades do setor e essa angústia tenho certeza que partilho não só com os colegas das instituições públicas, mas de todas as instituições de memória.

Na Câmara, como temos o dever de cumprir a lei e, principalmente a Constituição Federal, além de observarmos as normas internas, tratamos de criar uma Política de Preservação em forma de norma, o Ato da Mesa nº 49, de 2012. Esse Ato, criado em conformidade com o disposto no art. 23, incisos III e IV,

da Constituição Federal, normatiza as questões relacionadas a preservação dos bens culturais da instituição, garante condições adequadas para a preservação do patrimônio, estabelece objetivos, diretrizes, requisitos e parâmetros compatíveis com as normas e boas práticas nacionais e internacionais e orienta as atividades, programas e projetos que venham a impactar na preservação dos bens sobre nossa responsabilidade e, mesmo assim, sempre foi complicado. Imagina quem não tem nenhuma norma!

Temos leis que cuidam do patrimônio, mas por que temos que evocá-las? Por que temos que falar “não quebre, é crime, é patrimônio”?

Creio que a educação patrimonial ajudaria muito nessa conscientização; creio que a inclusão no currículo das escolas, dos primeiros anos à universidade, seria primordial para criar o entendimento do motivo pelo qual não devemos depredar nossos bens e os futuros chefes, diretores e presidentes não necessitariam ser convencidos ou instigados a observarem normas legais. Talvez tivéssemos evitado muitas barbáries.

É óbvio que além desse grande desafio temos a corrida pela legalização da profissão, a abertura de concursos específicos, a melhoria das condiçõ

ções de memória, mas, sem consciência, inclusive dos próprios profissionais, é luta, muita luta.

MusCap: Considerando sua atuação como Diretora da Coordenação de Preservação da Câmara dos Deputados e a coordenação das equipes de trabalho, quais foram os principais desafios enfrentados nas ações de conservação e restauração realizadas após os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, especialmente no que se refere a bens de elevado valor histórico e institucional?

Azevedo: Apesar de trabalharmos para reduzir os riscos sobre os bens culturais e de nos prepararmos para o salvamento imediato em caso de sinistros, jamais desejamos que eles aconteçam.

Para nós, o dia 8 de janeiro, iniciado com a normalidade de um domingo comum, terminou com muito choro e luta, não sei se pelos danos causados aos bens ou pela perplexidade da violência contra eles.

Estava na casa de uma irmã quando tudo começou e imediatamente já me preparei para o salvamento. Como já tínhamos implantada a



PEDRO FRANÇA / AGÊNCIA SENADO

gestão de risco, acionamos de imediato os protocolos de salvamento e esperamos que a área de segurança da Câmara nos contatasse. A todo momento recebíamos informações sobre a integridade ou não dos bens pelos policiais legislativos e pela brigada de incêndio, já conhecedores dos protocolos e ações conjuntas, mas quando víamos imagens da manifestação pensávamos de imediato nas obras de grande dimensão do Salão Verde, espaço mais afetado, de Athos Bulcão, Di Cavalcanti, Alfredo Ceschiatti e Marianne Peretti, e dos objetos que estavam em exposição, obviamente ficamos bastante ansiosos.

Quando tudo foi controlado e a área liberada pelos agentes da Polícia Federal, fomos autorizados a entrar. Cenas de guerra.

A equipe do Museu já estava no local trabalhando na coleta dos objetos menores utilizando os itens de um dos diversos *containers* para salvamento dos bens culturais disponíveis na área do Salão Verde. Esses *containers* são compostos por itens diversos que podem auxiliar a proteção de peças do acervo em caso de acidentes, fazendo a contenção ou afastando elementos potencialmente danosos, como água, óleo, químicos etc.

Todo o pessoal da Coordenação já estava preparado e imediatamente iniciamos, junto com o pessoal do Museu, os protocolos de salvamento dos bens enquanto a área administrativa cuidava da limpeza e restabelecimento do edifício.

Após secagem dos locais afetados, certeza de que não havia risco à vida humana e com os devidos EPIS, iniciamos a limpeza e higienização das obras, cobertas com pó químico, água etc.

As equipes foram subdivididas e cada grupo cuidou de uma obra. Outra equipe auxiliou o pessoal do Museu na embalagem e envio dos objetos em exposição para nossos laboratórios.

Solicitei a uma das restauradoras que criasse uma metodologia de recepção, guarda e priorização de salvamento. Nesses momentos uma das principais questões é o ordenamento das ações e, também, a indicação do líder de cada ação. Muita gente mandando ou “achando” não dá certo. Todos trabalhamos juntos e pensamos juntos, mas apenas um seria o responsável pela coleta e aplicabilidade das ações.

Já tínhamos tudo previamente planejado e vimos na prática a eficácia da aplicação da metodologia da gestão de risco. Entretanto, nosso desafio maior foi conter nossa emoção diante de

tanta barbárie, dos escombros, das rachaduras no painel de azulejos do Athos Bulcão e nos buracos no Muro Escultórico. Dos vasos em pedaços, dos bens desaparecidos, na Bailarina retirada de seu pedestal, do Anjo impregnado de pó, da água, do fogo. Choramos, choramos muito, mas todos, diretores, pessoal da limpeza, restauradores, arquitetos, museólogos, ficamos de quatro, nos arrastamos pelos escombros e catamos, como arqueólogos em meio aos escombros, tudo que podia ser pedaço de obra, todos unidos no único objetivo de salvar e restituir a integridade do edifício e dos objetos afetados.

Com esse intuito, uma força tarefa devolveu aos espaços sua normalidade, possibilitando a continuidade do processo legislativo em menos de 24 horas após os atos.



Paramos todos os outros processos de trabalho e, após esse primeiro momento, já com um planejamento técnico sobre as necessidades de cada objeto salvo, dividimos a equipe, aproximadamente 13 profissionais, e todos se concentraram na limpeza e restauração dos objetos, já separados pelo nível de dano.

Primeiro trabalhamos os que necessitavam apenas de limpeza e higienização, passando para pequenos restauros e os mais complexos, todos com seus devidos diagnósticos de danos e tratamentos.

A restauração não foi tarefa fácil, dos 64 itens danificados, alguns foram transformados em pedaços e, por mais que tivéssemos nos esforçado para encontrar cada pedaço, ainda havia objetos com muitas perdas. Decidir a metodologia a ser utilizada na restauração não dependia apenas das opções técnicas, mas

À medida em que o edifício e os objetos danificados eram tratados e devolvidos aos seus locais expositivos de origem, uma nova importância simbólica era agregada a eles. Seu valor histórico transcendia e sua representação tomava outro patamar.

também de decisões políticas e sociais. Obviamente a orientação da área técnica foi devidamente acatada, entretanto, era necessário cautela e respeito pela comoção social e pelos apelos da população. Todas as decisões eram tomadas em conjunto com o Museu, a arquitetura e as diretorias envolvidas e relatórios sobre nossas ações eram diariamente liberados à imprensa.

Ao mesmo tempo em que trabalhávamos na restauração dos bens, necessitávamos tomar decisões, fazer compras emergenciais e encaminhar relatórios, auxiliando posteriormente na valoração dos danos.

Fomos instados a auxiliar na avaliação e tratamento dos bens danificados nas demais instituições afetadas, o que fizemos de imediato, dentro das nossas possibilidades.

Na Câmara dos Deputados, dentre os itens danificados, os mais afetados foram o conjunto de presentes protocolares doados por autoridades estrangeiras — símbolo de diplomacia, homenagem, reverência e memória entre as nações.

Consequentemente, além de todo o protocolo de salvamento, também tivemos a visita de inúmeras redes de TV de todo o mundo, todos extremamente preocupados com os objetos dados pelos seus países. Para cada país seu objeto era extremamente importante então, o que responder diante do questionamento em cadeia nacional sobre qual deles era o mais importante ou qual teria prioridade no salvamento?

Nesses momentos éramos técnicos, tínhamos um protocolo e estávamos seguindo à risca as ordenanças de uma metodologia de salvamento, e isso nos bastava, mesmo porque, independentemente de onde os

objetos tinham vindo ou de sua beleza, nossa intenção era salvar todos.

Além dos presentes protocolares, o Muro Escultórico, obra de Athos Bulcão, teve que ser desmontada e levada para o laboratório. O painel é em madeira laqueada verde, mede aproximadamente 250 × 1035 × 40 cm e fica ao lado da entrada do Plenário. Foi projetado especialmente para o mobiliário arquitetônico do Legislativo, a pedido de Oscar Niemeyer, nos anos 70 — olha o valor histórico dela. Durante a invasão a peça sofreu alguns danos, além de ter sido posta em risco em razão do alagamento do salão.

O presidente da Fundação Athos Bulcão, Paulo Brum, acompanhou a restauração de perto, imagine a responsabilidade. Quem conhece madeira laqueada sabe que não foi fácil. Fizemos vários testes para encontrar caminhos adequados e éticos. No final Brum parabenizou o trabalho de restauração, ele falou em uma entrevista que foi algo que o emocionou muito.

Enfim, em menos de um mês após a ocorrência, mais de 80% dos objetos já se encontravam guardados em locais adequados, reservas museológicas, ou novamente em exposição.

Nesse processo, uma das coisas mais interessantes e emocionantes foi observar que, à medida em que o edifício e os objetos danificados eram tratados e devolvidos aos seus locais expositivos de origem, uma nova importância simbólica era agregada a eles. Seu valor histórico transcendia e sua representação tomava outro patamar.

O tratamento e a devolução dos bens culturais ao local de origem passaram a significar o retorno da normalidade e da força do Estado Democrático de Direito. Todas as vezes em que a equipe de restauradores levava um objeto para a área dos Salões, os visitantes e servidores paravam para observar e, não raro, vertiam lágrimas sussurrando frases como “não se quebra a democracia”, “a democracia foi restaurada”, o que validava todos os nossos esforços e enaltecia a atividade do conservador-restaurador como primordial para a nação, e isso jamais esquecerei.

A todos os profissionais da área que estiveram comigo nessa luta e aos que se prontificaram a nos ajudar, que foram muitos no Brasil e fora dele, meu muito obrigada. Vocês também fazem parte da história; se eu pudesse inseriria seus nomes como heróis da pátria. *

FRANCISCO: 800 ANOS DO CÂNTICO DAS CRIATURAS

Mostra no MusCap reuniu obras da coleção de Isabel Sebben

A celebração dos 800 anos do *Cântico das Criaturas*, escrito por São Francisco de Assis, inspirou ações em todo o mundo voltadas à valorização de seu legado espiritual. Inserido nesse contexto, o MusCap promoveu a exposição *Francisco: 800 anos do Cântico das Criaturas*.

Escrito por São Francisco de Assis há oito séculos, o poema celebra a harmonia entre o ser humano, a natureza e todas as criaturas, propondo uma profunda reflexão sobre simplicidade, cuidado com a criação e fraternidade. A abertura da mostra aconteceu no dia 30 de maio, integrando a programação da Semana Nacional dos Museus. Na ocasião, também foi lançada a 10ª edição da revista *Le Musée*, publicação anual produzida pelo MusCap.

A exposição exibiu ao público uma seleção de pinturas pertencentes à coleção particular de Isabel Sebben, reconhecida como uma das maiores colecionadoras de imagens de São Francisco no Brasil. Reunindo mais de vinte obras de diferentes artistas, a exposição evidenciou a permanência e a atualidade da iconografia franciscana, revelando múltiplas interpretações do santo ao longo do tempo.

Entre os artistas participantes estiveram Marcos Leal, Gustavo Gomes, Borges, Christian de Lima, Rogério Baierle, Antonio Giacomin e Celso Bordignon, cujas produções dialogam com diferentes linguagens plásticas e abordagens técnicas. As obras apresentaram São Francisco em suas diversas representações, seja em momentos de contemplação, acompanhado pelos pássaros ou retratado em sua caminhada de fé e simplicidade.

Para Raquel Brambilla, museóloga da instituição, a exposição permite perceber as múltiplas possibilidades de representação de São Francisco e compreender como cada artista constrói um olhar singular sobre sua figura.



Mais de 30 peças representando São Francisco de Assis puderam ser apreciadas pelo público no MusCap.

A colecionadora Isabel Sebben também destacou a sensibilidade presente na mostra. Sua coleção reúne 50 telas e 259 esculturas, totalizando mais de 300 obras em homenagem ao santo. As peças apresentam representações vindas de diferentes lugares do mundo, revelando múltiplos olhares artísticos e culturais.

Seu interesse por São Francisco começou há cerca de 30 anos, durante uma viagem realizada ao Nordeste com suas irmãs. Na ocasião, Isabel adquiriu sua primeira imagem de São Francisco, experiência que marcou o início da coleção e também sua aproximação afetiva com a espiritualidade franciscana. Segundo ela, a simplicidade e a maneira como São Francisco enxergava a relação humana com a natureza despertaram uma profunda admiração, tornando-se inspiração para seguir reunindo peças ao longo dos anos.

Além de colecionadora, Isabel é professora e mantém um atelier em Caxias do Sul, espaço que também pode ser visitado mediante agendamento diretamente com ela. “A minha coleção fala por mim, fala pelo que eu sinto e pelas minhas emoções. A exposição reuniu diferentes olhares e sensibilidades dos artistas, permitindo perceber São Francisco a partir da concepção de cada um. Sempre admirei sua vida e sua simplicidade. Como colecionadora, acredito que faz bem ao público poder sentir o trabalho do artista e a fé em São Francisco através dessas obras”, afirma.

O diretor do museu, frei Celso Bordignon, também relaciona a exposição com a espiritualidade presente no Cântico das Criaturas. Segundo ele, o texto segue extremamente atual ao propor uma reflexão sobre o cuidado com a criação, a natureza e as relações humanas. Para ele, São Francisco reconhecia em cada elemento da natureza uma expressão da presença divina, chamando o sol, a água, a terra, o fogo e até mesmo a morte de irmãos e irmãs. “A exposição busca despertar um olhar mais sensível sobre a vida, a simplicidade e a relação humana com o mundo, aproximando o público dos valores franciscanos através da arte e da memória”, comenta.

Na coluna ao lado, conheça o Cântico das Criaturas na íntegra, em português.

VIBIANA CORNUTTI / ACERVO MUSCAP



Isabel Sebben coleciona imagens de São Francisco há mais de 30 anos.

CÂNTICO DAS CRIATURAS

“Altíssimo, onipotente e bom Senhor, teus são o louvor, a glória, a honra e toda a bênção. Somente a Ti, Altíssimo, são devidos, e homem algum é digno de Te mencionar.

Louvado sejas, meu Senhor, com todas as Tuas criaturas, especialmente o irmão Sol, que clareia o dia e com sua luz nos ilumina. Ele é belo e radiante, com grande esplendor; de Ti, Altíssimo, é a imagem.

Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã Lua e pelas estrelas, que no céu formaste claras, preciosas e belas.

Louvado sejas, meu Senhor, pelo irmão Vento, pelo ar, nublado ou sereno, e por todo o tempo, pelo qual às Tuas criaturas dás sustento.

Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã Água, que é muito útil, humilde, preciosa e casta.

Louvado sejas, meu Senhor, pelo irmão Fogo, pelo qual ilumina a noite. Ele é belo, alegre, vigoroso e forte.

Louvado sejas, meu Senhor, por nossa irmã, a mãe Terra, que nos sustenta e governa, produzindo diversos frutos, flores coloridas e ervas.

Louvado sejas, meu Senhor, por aqueles que perdoam por Teu amor e suportam enfermidades e tribulações. Bem-aventurados os que promovem a paz, pois por Ti, Altíssimo, serão coroados.

Louvado sejas, meu Senhor, por nossa irmã, a morte corporal, da qual homem algum pode escapar. Ai daqueles que morrerem em pecado mortal! Felizes os que ela encontrar conformes à Tua santíssima vontade, porque a segunda morte não lhes fará mal.

Louvai e bendizei ao meu Senhor, dai-Lhe graças e servi-O com grande humildade.” *

EXPOSIÇÃO CELEBRA OS 150 ANOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RS

As exposições produzidas pelo Museu dos Capuchinhos RS sempre buscam estabelecer vínculos com a trajetória histórica dos Frades Capuchinhos e sua atuação junto às comunidades. A partir dessa proposta, no dia 12 de dezembro foi aberta a exposição *Capuchinhos: Devoção e Missão na Imigração Italiana*, desenvolvida para marcar os 150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

No século XIX, os Frades Capuchinhos buscaram refúgio no Império Otomano, porém as dificuldades em manter a missão em um território majoritariamente muçulmano fizeram com que fosse necessário procurar um novo destino. Foi então que surgiu o convite feito por Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, bispo de Porto Alegre, para que os frades viessem ao Rio Grande do Sul para atuar junto aos imigrantes italianos e aos povos indígenas. As informações fazem parte do livro *Frades Menores Capuchinhos no Rio Grande do Sul 1896–2021*, escrito por Frei Vanildo Luiz Zugno.

Foi entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX que milhares de europeus migraram em direção à América. No Rio Grande do Sul, a presença dos imigrantes italianos marcou profundamente a formação cultural, religiosa e social da região, especialmente entre os anos de 1875 e 1914.

Foi a partir dessa relação histórica, ainda tão presente no cotidiano e na identidade cultural da Serra Gaúcha, que surgiu a proposta da exposição, buscando refletir sobre os caminhos que uniram imigração, religiosidade, arte e memória.

A exposição apresentou a relação histórica entre os Frades Capuchinhos e os imigrantes italianos, destacando o trabalho social e religioso desenvolvido nas comunidades do estado. A mostra contou com mais de 15 esculturas sacras, produzidas em diferentes materiais, estilos e tamanhos, como

ACERVO MUSCAP



Missão realizada em Sananduva/RS, em 1942.

madeira e gesso, revelando a diversidade artística presente na região. Muitas dessas peças foram produzidas por santeiros locais, resultado direto das influências trazidas pela imigração italiana.

Para o curador da exposição e coordenador do museu, Christian de Lima, “a mostra busca aproximar o público dessa história construída através da fé, da imigração e da arte, permitindo compreender como essas relações ajudaram a formar a identidade cultural do Rio Grande do Sul”.

Além da abertura da exposição, o evento contou com o lançamento dos materiais especiais produzidos pela Editora e Gráfica São Miguel para marcar a data. Inspirados nesse legado histórico, foram desenvolvidos cadernos, agendas e calendários utilizando fotografias, documentos e registros históricos de grande valor patrimonial.

Entre os materiais apresentados e distribuídos gratuitamente estavam cadernos com capas inspiradas em receitas manuscritas das *nonnas* italianas, como

ACERVO MUSCAP



No topo: Travessia do Rio das Antas, década de 1920.
No centro: Frei Moacir Molon e Alvaro Morés com a equipe da editora São Miguel durante a abertura da exposição.
Abaixo: Frei Rovílio Costa foi um dos maiores pesquisadores, historiadores e editores da imigração no Brasil.

a tradicional receita de grostoli, além de agendas ilustradas com fotografias históricas e documentos preservados ao longo do tempo. Também foi lançado um selo comemorativo produzido especialmente para celebrar os 150 anos da imigração italiana, reforçando a valorização da memória, das tradições e das histórias construídas pelos imigrantes no estado.

FREI ROVÍLIO COSTA E A MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO

Entre os grandes nomes dedicados ao estudo da imigração italiana no Rio Grande do Sul, destaca-se o trabalho de Frei Rovílio Costa. Frade capuchinho, pesquisador, escritor e editor, Frei Rovílio construiu uma trajetória marcada pelo compromisso com a preservação da memória das comunidades de origem italiana e da cultura dos imigrantes que ajudaram a formar a identidade do estado.

Ao longo de sua vida, publicou dezenas de obras voltadas à história, genealogia, religiosidade e costumes dos descendentes de italianos. Entre seus títulos mais conhecidos estão *Italianos do Rio Grande do Sul*, *Far la Mèrica*, *Assim Vivem os Italianos* e *Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*, publicações que se tornaram referência para pesquisadores, estudantes e famílias interessadas em conhecer suas origens.

Frei Rovílio também foi fundador da EST Edições, editora responsável por divulgar importantes estudos sobre imigração, cultura e história regional. Seu trabalho editorial possibilitou a publicação de milhares de páginas dedicadas à memória, especialmente das comunidades italianas da Serra Gaúcha.

Reconhecido por sua contribuição intelectual e cultural, foi patrono da Feira do Livro de Porto Alegre, tornando-se uma das vozes mais importantes na valorização da herança italiana no Brasil. *

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Curso do MusCap aprofunda conhecimentos sobre conservação, preservação e valorização do patrimônio com aulas teóricas e práticas

O Museu dos Capuchinhos do RS foi contemplado no edital PNAB RS – Memória e Patrimônio, iniciativa voltada ao fortalecimento de ações ligadas à memória e ao patrimônio cultural.

A partir disso, o coordenador do MusCap, Christian de Lima, desenvolveu um curso profissionalizante chamado “Caminhos da Memória: Conservação e Preservação do Patrimônio Cultural”, pensado como uma forma de compartilhar saberes e ampliar o acesso à formação nas áreas de patrimônio, museus, arte e memória. A proposta surgiu também da percepção da falta de cursos acessíveis voltados ao patrimônio cultural e às práticas de conservação. Diante desse contexto, o MusCap buscou criar um espaço de aprendizado e troca de experiências, aproximando estudantes, profissionais e interessados da realidade das instituições culturais.

Para a realização do projeto, a equipe organizadora reuniu profissionais reconhecidos em suas áreas de atuação, permitindo que cada módulo apresentasse diferentes experiências e perspectivas sobre patrimônio, museologia, arte, acervos e memória. O curso aconteceu ao longo de seis meses, com encontros semanais. Durante a formação, os participantes tiveram contato com conteúdos teóricos e práticos relacionados aos processos de preservação, tornando as aulas mais dinâmicas e aproximando os alunos das vivências do campo patrimonial. Mais do que uma formação técnica, o curso buscou incentivar um olhar mais atento e sensível para a importância da memória e da preservação do patrimônio cultural.

Antes do início das aulas, a equipe organizadora, professores e colaboradores envolvidos no projeto participaram de um encontro formativo sobre aces-

sibilidade, conduzido pela professora Milena Eich, com acompanhamento de intérprete de Libras. O momento teve como objetivo preparar a equipe para melhor acolher e conduzir as atividades do curso, refletindo sobre inclusão, comunicação e acessibilidade nos espaços museais.

A abertura oficial do curso contou com uma aula inaugural ministrada pelo historiador Juventino Dal Bó, referência na área patrimonial em Caxias do Sul, e por Frei Celso Bordignon, diretor do Museu dos Capuchinhos RS. Durante o encontro, Juventino abordou a história da cidade, refletindo sobre edificações, memórias urbanas, permanências e perdas ao longo do tempo. Frei Celso compartilhou suas experiências à frente do museu e sua trajetória ligada à preservação cultural e à memória franciscana. Os primeiros módulos foram conduzidos pela museóloga Raquel Brambilla, integrante da equipe do MusCap. Em suas aulas, apresentou conceitos introdutórios da museologia, sua evolução histórica, as diferentes tipologias de museus e as relações entre patrimônio, comunidade, inclusão e educação. Também foram discutidas as formas de comunicar, educar e dialogar dentro dos espaços museológicos.

Na sequência, a arquiteta e pesquisadora Terezinha Buchebuan desenvolveu reflexões sobre a construção histórica da noção de patrimônio cultural, relacionando memória, identidade, tradições e pertencimento. O curso também contou com a participação da professora, pesquisadora e curadora Silvana Boone,



que propôs reflexões sobre a história da arte e suas diferentes linguagens, destacando a importância do conhecimento artístico para os processos de preservação da memória e do patrimônio cultural.

Já a bibliotecária Clarissa Afonso da Silveira, responsável pela biblioteca do Museu dos Capuchinhos, apresentou um panorama sobre a importância do livro como objeto de memória e patrimônio cultural da humanidade. As aulas abordaram desde a invenção da escrita até o surgimento do livro digital, incluindo discussões sobre obras raras e preservação bibliográfica. Outro módulo foi ministrado pelo historiador João Mendes Neto, especialista em fotografia, que apresentou um panorama histórico da fotografia e de seus processos fotográficos, desde o surgimento da imagem fixa até técnicas históricas como os daguerreótipos e outros suportes fotográficos. Encerrando a formação, a conservadora-restauradora Chanaísa Melo, integrante da equipe do MusCap, conduziu aulas teóricas e práticas sobre conservação preventiva e restauro. Os encontros refletiram sobre a importância da preservação patrimonial e apresentaram noções de procedimentos aplicados tanto em acervos particulares quanto institucionais.

Para Maria Nair, bibliotecária voluntária no Museu dos Capuchinhos e participante do curso, a experiência foi uma oportunidade de ampliar conhecimentos e perspectivas sobre o trabalho desenvolvido nos museus: “O curso foi uma experiência muito importante para mim, pois ampliou bastante minha visão sobre o universo dos museus e dos diferentes tipos de acervos que eles preservam. Como meu trabalho está mais voltado às obras raras, tive a oportunidade de conhecer outras tipologias de bens culturais e compreender melhor os desafios e as particularidades envolvidos em sua conservação. Além disso, foi muito interessante trocar experiências com profissionais de diferentes áreas e realidades, o que trouxe novos olhares sobre o papel dos museus na preservação da memória e da história. Os conteúdos abordados agregaram conhecimentos que certamente



ACERVO MUSCAP

contribuirão para minha atuação profissional e para o trabalho que desenvolvo diariamente.”

Além dos encontros formativos, os participantes também realizaram uma visita técnica ao Museu dos Capuchinhos RS, conhecendo de forma mais próxima o trabalho desenvolvido pela instituição, seus principais acervos e as ações ligadas à preservação. O momento possibilitou aproximar os conteúdos trabalhados em sala das experiências práticas vivenciadas no cotidiano do museu. O projeto também promoveu uma segunda oficina, aberta à comunidade, sobre acessibilidade em museus, conduzida pela professora Milena Eich e com acompanhamento de intérprete de Libras.

Ao final do curso, os participantes receberam certificado de participação, marcando a conclusão de uma importante etapa de formação e troca de experiências. Mais do que uma qualificação, o projeto buscou contribuir para a formação de novos agentes ligados à preservação da memória e do patrimônio cultural. A expectativa é que os conhecimentos compartilhados ao longo dos encontros possam reverberar nas futuras atuações dos participantes, ampliando o cuidado com os acervos, as histórias e as identidades presentes em diferentes espaços culturais e comunitários.

A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) é uma iniciativa de incentivo e fortalecimento das ações culturais em todo o Brasil. Ela prevê o repasse contínuo de recursos da União para estados e municípios, promovendo a descentralização dos investimentos culturais e ampliando o acesso às políticas públicas no setor em diferentes regiões do país.

Implementada a partir de 2023, a PNAB tem pre-

visto o repasse anual de R\$ 3 bilhões até 2027, com possibilidade de continuidade. Os recursos podem ser aplicados por meio de editais, projetos, ações culturais e iniciativas desenvolvidas pelos próprios estados e municípios. A execução da política ocorre através dos entes do Sistema Nacional de Cultura, que desenvolvem seus planos de ação em diálogo com a sociedade civil. *

PATRIMÔNIO ICONOGRÁFICO E MEMÓRIA: O LEGADO DE ALDO LOCATELLI

No dia 30 de agosto de 2025, o Museu dos Capuchinhos recebeu o encontro *Patrimônio iconográfico: as Pinturas de Aldo Locatelli na Igreja de São Pelegrino*, conduzido por Silvana Boone e Celso Bordignon.

A atividade reuniu um grande público, lotando a sala de exposições do museu em uma tarde marcada por aprendizados, trocas e reflexões sobre a trajetória e a relevância de Aldo Locatelli para a arte no Rio Grande do Sul. Reconhecido como o artista de maior expressão em afrescos no estado, Locatelli deixou um conjunto de obras amplo e significativo, tornando-se uma das principais referências da pintura sacra no país.

Durante o encontro, foram abordados aspectos da produção artística de Aldo Locatelli, especialmente as pinturas realizadas na Igreja de São Pelegrino, consideradas um dos mais importantes conjuntos iconográficos do Rio Grande do Sul. A atividade proporcionou uma rica experiência de troca de saberes, histórias e vivências, ampliando o olhar sobre a preservação e a valorização da arte e da memória cultural. Para Christian de Lima, coordenador do Museu dos Capuchinhos, esses encontros representam alguns dos momentos mais significativos do trabalho desenvolvido pela instituição, pois aproximam diferentes públicos, artistas, professores, pesquisadores, amigos do museu e espectadores curiosos em um espaço de diálogo.

Segundo a professora Silvana Boone, “dividir o conhecimento com o Frei Celso Bordignon em um debate sobre a iconografia das pinturas de Aldo Locatelli na Igreja de São Pelegrino foi um momento único de arte e cultura. Ver o Museu dos Capuchinhos lotado em um sábado à tarde para conhecer, discutir e orientar o olhar sobre o que nem sempre é óbvio na imagem, evoca o sentimento de pertencimento à nossa cidade. Ver as pessoas interessadas pelo que está cotidianamente diante dos olhos, na perspectiva de uma representação simbólica e, muitas vezes, subliminar, nos motiva a manter a arte local sempre em movimento”.

Aldo Locatelli nasceu em 1915, na cidade de Villa d'Almé, próxima a Bérgamo, na Itália. Desde jovem demonstrou interesse pela arte, iniciando sua formação em escolas de arte e belas-artes italianas, onde desenvolveu técnicas ligadas especialmente à pintura mural e à arte sacra. Após atuar na Itália e participar da Segunda Guerra Mundial, Locatelli chegou ao Rio Grande do Sul no final da década de 1940 para realizar pinturas na Catedral São Francisco de Paula.

Encantado pela cultura e pela comunidade gaúcha, decidiu permanecer no Brasil, tornando-se um dos mais importantes nomes da pintura sacra no país. Sua produção artística deixou marcas significativas em diversas igrejas e edifícios históricos. Reconhecido pela grandiosidade de seus afrescos e pela riqueza simbólica de sua obra, Aldo Locatelli consolidou-se como uma referência fundamental da arte muralista e da preservação da memória visual e religiosa no Brasil. *

PRESERVAÇÃO FOTOGRAFICA NA ERA DIGITAL

Instituições parceiras desempenham um papel fundamental na preservação, proteção e divulgação do patrimônio cultural, promovendo ações conjuntas que fortalecem a memória coletiva e ampliam o acesso da comunidade aos acervos documentais.

Na noite de 21 de agosto de 2025, aconteceu no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, o diálogo “Trajetos da Imagem: o uso do analógico na era digital”, atividade integrante da 18ª Semana da Fotografia, que contou com a participação do Museu dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul (MusCap).

O encontro reuniu profissionais, pesquisadores e representantes de instituições ligadas à preservação da memória fotográfica e audiovisual, entre eles, Mona Carvalho, Elenira Prux, Marcos Antunes, Catiúscia Xavier e Gustavo Pozza.

Representando o Museu dos Capuchinhos RS, Frei Celso Bordignon propôs uma reflexão sobre os desafios relacionados à preservação dos acervos históricos, destacando a importância da identificação dos suportes fotográficos para a qualificação dos processos de conservação. Durante sua participação, também apresentou imagens digitalizadas do acervo preservado pela instituição. *



Bhante Ariyañāṇa compartilha ensinamentos com a comunidade no MusCap

ESPIRITUALIDADE E PAZ INTERIOR COM BHANTE ARIYAÑĀṆA

Com o objetivo de promover um espaço de diálogo entre tradições espirituais, o Museu dos Capuchinhos realizou o encontro gratuito “Insights Budistas para Valores Franciscanos: Passos Práticos para a Harmonia Social e Interior”. A conversa foi conduzida pelo monge Bhante Ariyañāṇa e pelo frei Celso Bordignon, que emocionaram os presentes com reflexões complementares sobre espiritualidade, compaixão, paz e convivência pacífica.

O encontro lotou a sala de exposições, demonstrando o interesse crescente da comunidade por espaços de conversa, conhecimento e experiências voltadas ao desenvolvimento humano, espiritual e social. A intensa participação do público reforçou também o papel do museu como um local de escuta e construção de saberes. Bhante Ariyañāṇa, nascido no Brasil com o nome Stefano Domit Cervo, retornou ao país após uma trajetória marcada por transformações pessoais e espirituais. Antes de ingressar na vida monástica, construiu carreira internacional como dançarino de flamenco, conquistando importantes premiações, como o Festival Flamenco de Almería e o Premio Extraordinario de Danza de la Comunidad de Madrid. Também se apresentou em palcos internacionais, entre eles o Royal Concertgebouw, em Amsterdã. Em 2015, decidiu abandonar a carreira artística em busca de um novo sentido para a vida, tornando-se monge budista da tradição Theravāda. Desde então, dedicou-se à prática monástica em Myanmar e aos estudos no Sri Lanka, onde atualmente também atua no ensino de inglês para monges. Considerado um dos raros monges budistas brasileiros dessa tradição, Bhante Ariyañāṇa veio ao Brasil para compartilhar sua trajetória de vida e os ensinamentos do budismo Theravāda. Entre os participantes esteve Juliana Alves, visitante do museu e frequentadora das ações educativas promovidas pela instituição nos últimos anos. “Foi uma tarde de muito aprendizado e sensibilidade. O mais bonito foi perceber como diferentes caminhos espirituais podem dialogar de forma tão humana e acolhedora. O museu mais uma vez nos proporciona um momento de reflexão necessário para os dias de hoje”, comenta. *

PRÊMIO CAXIAS RECONHECE A TRAJETÓRIA DO MUSCAP

No dia 25 de setembro de 2025, o Museu dos Capuchinhos recebeu o Prêmio Caxias, uma das mais importantes homenagens concedidas pela Câmara Municipal de Caxias do Sul. A honraria foi proposta pela vereadora Rose Frigeri, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo MusCap ao longo de seus 25 anos de atuação na preservação da memória, da história e da cultura da comunidade caxiense.

Ao conceder a homenagem, a Câmara de Vereadores destacou a relevância do museu como espaço de salvaguarda do patrimônio cultural, de promoção do conhecimento e de valorização da trajetória dos Capuchinhos e de sua contribuição para a sociedade.

O MusCap agradece a todos que estiveram presentes neste momento tão significativo, especialmente à equipe que diariamente se dedica às atividades do museu, aos freis que acompanharam a celebração, ao Ministro Provincial frei Álvaro Mores, à vereadora Rose Frigeri, à secretária da cultura de Caxias do Sul, Tatiane Frizzo, e aos amigos e parceiros que, ao longo dessa trajetória, seguem apoiando e fortalecendo o trabalho da instituição.

Mais do que uma homenagem, o Prêmio Caxias representa um importante marco na história do museu e reafirma a importância da preservação da memória. O reconhecimento recebido motiva o MusCap a seguir firme em sua missão de preservar, compartilhar e celebrar a história, mantendo vivo um legado construído ao longo de 25 anos de dedicação à cultura. Vida longa ao MusCap! *



FREI CELSO BORDIGNON RECEBE MEDALHA MÉRITO COMUNITÁRIO

Nas comemorações dos 25 anos do MusCap, as celebrações também seguiram voltadas ao reconhecimento da trajetória de frei Celso Bordignon, diretor da instituição há mais de duas décadas.

Na noite de 5 de dezembro, frei Celso recebeu da Universidade de Caxias do Sul a Medalha Prefeito Hermes João Webber – Mérito Comunitário, em cerimônia realizada no Salão de Atos do Campus-Sede da UCS. A honraria, concedida a cada quatro anos, reconhece pessoas e entidades que se destacam por suas ações sociais, culturais e humanitárias. Nesta edição, 29 homenageados receberam o mérito comunitário, com nomes aprovados pelos integrantes do Conselho Universitário (Consuni). A solenidade foi conduzida pelo reitor da UCS, professor Gelson Leonardo Rech.

Frei Celso possui uma trajetória marcada pelo trabalho comunitário, pela dedicação à arte, à cultura e à preservação do patrimônio. Além de atuar como artista e professor universitário, há 25 anos dirige o Museu dos Capuchinhos, contribuindo para fortalecer a memória cultural e ampliar o acesso da comunidade às ações promovidas pela instituição.

A equipe do Museu dos Capuchinhos parabeniza frei Celso pela honraria recebida e celebra, junto com ele, este importante reconhecimento à sua trajetória. *



COLUNA DO LEITOR

Nós apreciamos e valorizamos tudo o que acontece neste espaço cultural onde é guardada a memória de um povo da família capuchinha. Tudo o que ali acontece seja pela revista, seja pelas exposições e oficinas tudo é cheio de muito significado. Acompanhamos tudo de perto por tantos anos e podemos dizer que orgulho esse museu é para nossa cidade. Podem sempre contar com nosso apoio e carinho. Felicidades a toda equipe envolvida.

Gema e Nestor Gregol • Caxias do Sul

O MusCap antes de tudo é uma referência, um dos poucos museus da região que opera com plena consciência do que significa salvaguardar patrimônio e com equipe qualificada. Não apenas conservando objetos, mas produzindo conhecimento sobre eles e para além deles. Seu acervo museológico, bibliográfico e fotográfico constitui uma fonte insubstituível para a história cultural, antropológica e artística do Rio Grande do Sul. Aliado a isso, sua programação de exposições, visitas mediadas, oficinas e ações educativas faz dele um museu vivo e que pertence a todos nós. É nesse contexto que acredito que a revista *Le Musée* ganha seu significado, sendo uma extensão do MusCap para que todos compreendam a cultura como campo de construção de identidade e pertencimento.

Mona Carvalho • Caxias do Sul

É sempre prazeroso ter a *Le Musée* em mãos para uma boa leitura. A revista sabe informar e, ao mesmo tempo, formar o público leitor, seja técnico ou não. Os artigos apresentados sempre trazem uma discussão sobre um tema contemporâneo importante acompanhados de bibliografia especializada e atual. Para historiadores, museólogos e arquivistas é uma revista importante no cenário sulino e para o público de outras áreas, uma publicação que possibilita acessar temas culturais variados. E essa é outra marca da revista – a diversidade temática – que não foca apenas na sua instituição mantenedora, a Ordem Franciscana, mas que consegue acessar e abranger a

diversidade cultural da região em que está localizada e mesmo a do nosso país. Sem dúvida é uma publicação importantíssima para a vida cultural gaúcha, que democratiza o conhecimento que o MusCap guarda com tanto zelo e profissionalismo.

Vinicius Silveira Cerentini • Canoas

O Museu dos Capuchinhos não é — como se poderia pensar numa visão equivocada — um depósito de coisas antigas. O MusCap é museu moderno, que tem vida, caminha, canta e dança; conta histórias e recebe visitas; dá amostras e até publica alguns estudos, inclusive uma simpática revista, de nome francês, para lembrar a origem dos fundadores da Missão Capuchinha gaúcha: *Le Musée*. Basta entrar no salão central do museu para sentir-se como que abraçados com o passado, tão importante para entender o presente. Pois, quem não sabe de onde vem, tampouco sabe dizer para onde vai. O passado é como o chão em que o futuro se assenta; num chão movediço, não é possível uma construção sólida. O MusCap está, pois, a serviço da história, dando-lhe o chão. A memória histórica é coisa viva. O esquecimento é que não. Mais do que imaginamos o passado tem peso no direcionamento do futuro. A própria natureza ajuda a entender. Imagine você um pássaro sem as penas do rabo; ou um peixe sem sua cauda graciosa; ou mesmo um avião o leme, situado na fuselagem traseira. A visão ingênua é que desconhece o peso do passado sobre o presente; mas quem não está enraizado em seu passado, está solto no ar, o que não é grande liberdade.

Frei Adelino Pilonetto • Caxias do Sul

Envie seu depoimento para a revista *Le Musée* e participe das próximas edições. Você pode enviá-lo ao WhatsApp do MusCap 54 3220 9565 ou ao e-mail coordenacao@muscap.org.br. *

